



Diário Oficial

Estado de Rondônia

Marcos José Rocha dos Santos - Governador

Porto Velho, 19 de março de 2021

Edição Suplementar 60.1

PODER EXECUTIVO

AVULSOS

REAL SRR PUBLICIDADE E MARKETING

ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 05.914.650/0001-66
Companhia Aberta

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Rondônia", "ERO" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2020, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 11 de março de 2021.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



Ao longo de 2020, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2020	2019	Acréscimo
Subestações – nº	62	56	+ 6
Capacidade instalada nas subestações – MVA	1.495	1.299	+ 196
Linhas de transmissão – km	1.289	961	+ 328
Redes de distribuição – km	78.748	62.635	+ 16.113
Transformadores instalados nas redes de distribuição – nº	111.032	109.629	1.403
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) – MVA	1.721	1.719	+ 2

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações.

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	2020	2019	Variação %
Resultados – R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	2.713,4	2.453,4	+ 10,6
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	2.224,6	2.050,7	+ 8,5
Receita Operacional Líquida	1.930,8	1.666,9	+ 15,8
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	1.442,0	1.264,2	+ 14,1
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	57,4	(342,5)	-
EBITDA	160,8	(254,1)	-
EBITDA Ajustado	203,8	(185,3)	-
Resultado financeiro	(185,7)	(173,2)	+ 7,2
Prejuízo Líquido	(143,8)	(516,0)	- 72,1
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	4.462,4	3.966,3	+ 12,5
Caixa/ Equivalentes de Caixa/ Aplicações Financeiras	57,7	238,2	- 75,8
Patrimônio Líquido	(2.012,8)	(1.751,4)	+ 14,9
Endividamento Líquido	2.628,2	1.706,6	+ 54,0
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	670,5	645,1	+ 3,9
Vendas de energia a consumidores cativos - (GWh) ⁽¹⁾	3.141,0	3.044,5	+ 3,2
Vendas de energia a consumidores cativos + livres - (GWh) ⁽¹⁾	3.360,9	3.238,4	+ 3,8
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/ Receita Líquida (%) ⁽²⁾	10,6	(11,1)	+ 21,7 p.p.

(1) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. | (2) EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3. Desempenho operacional

3.1. Mercado de energia

Em 2020, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 3.360,9 GWh, aumento de 3,8% em relação a 2019.

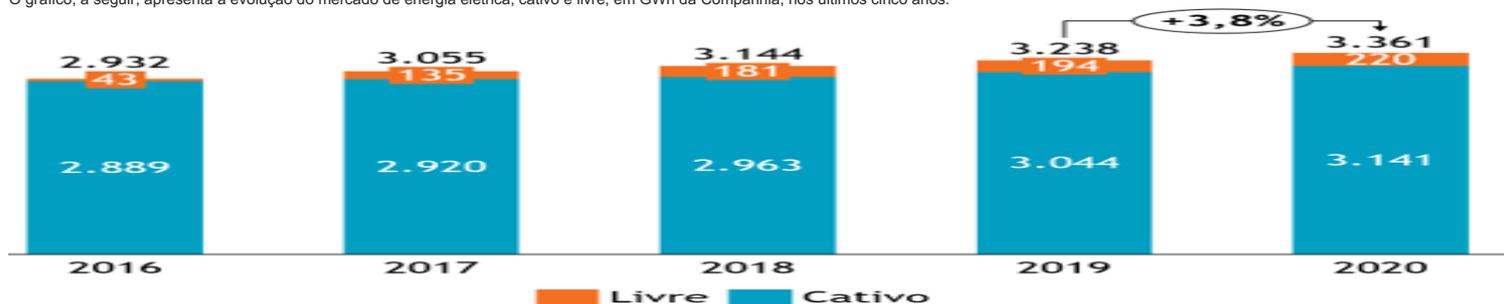
A composição do mercado nos últimos trimestre e exercício foi a seguinte:

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Residencial	404,7	335,3	+ 20,7	1.441,2	1.291,1	+ 11,6
Industrial	121,9	114,0	+ 6,9	469,6	455,4	+ 3,1
Cativo Industrial	74,8	74,1	+ 0,9	291,8	305,4	- 4,5
Livre Industrial	47,1	39,9	+ 18,1	177,8	150,0	+ 18,5
Comercial	188,9	184,3	+ 2,5	691,5	712,5	- 2,9
Cativo Comercial	175,2	172,7	+ 1,4	649,4	668,5	- 2,9
Livre Comercial	13,7	11,5	+ 18,9	42,1	44,0	- 4,2
Rural	97,2	83,8	+ 16,1	362,9	337,1	+ 7,7
Cativo Rural	97,2	83,8	+ 16,1	362,9	337,1	+ 7,7
Livre Rural	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Outros	104,9	120,7	- 13,1	395,7	442,4	- 10,6
Cativo Outros	104,9	120,7	- 13,1	395,7	442,4	- 10,6
Livre Outros	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
1 Vendas de energia no mercado cativo	856,8	786,6	+ 8,9	3.141,0	3.044,5	+ 3,2
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	60,8	51,4	+ 18,3	219,9	194,0	+ 13,4
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	917,6	838,0	+ 9,5	3.360,9	3.238,4	+ 3,8
4 Fornecimento não faturado	-20,7	-6,7	+ 208,8	-3,9	16,9	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	897,0	831,3	+ 7,9	3.357,0	3.255,4	+ 3,1

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.
O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica, cativo e livre, em GWh da Companhia, nos últimos cinco anos:



A Companhia encerrou o ano com 670.538 unidades consumidoras cativas, número 3,9% superior ao registrado no fim de 2019 e com 60 consumidores livres.

3.2. Perdas de energia elétrica ("perdas")

A Companhia, mesmo no cenário desfavorável da COVID, manteve a trajetória decrescente das perdas iniciada no terceiro trimestre de 2019, fechando dezembro com 0,47 ponto percentual menor que setembro de 2020, e 1,2 ponto percentual abaixo de dezembro de 2019. A distribuidora conseguiu um bom resultado em 2020, fruto da execução de um amplo plano de medidas, combinando capacitação e reforço de equipes, aplicação de técnicas mais assertivas de seleção de unidades consumidoras, inspeção em Unidades Consumidoras desligadas, ações de blindagem e ampliação das telemedições e telemonitoramentos nos grandes consumidores.

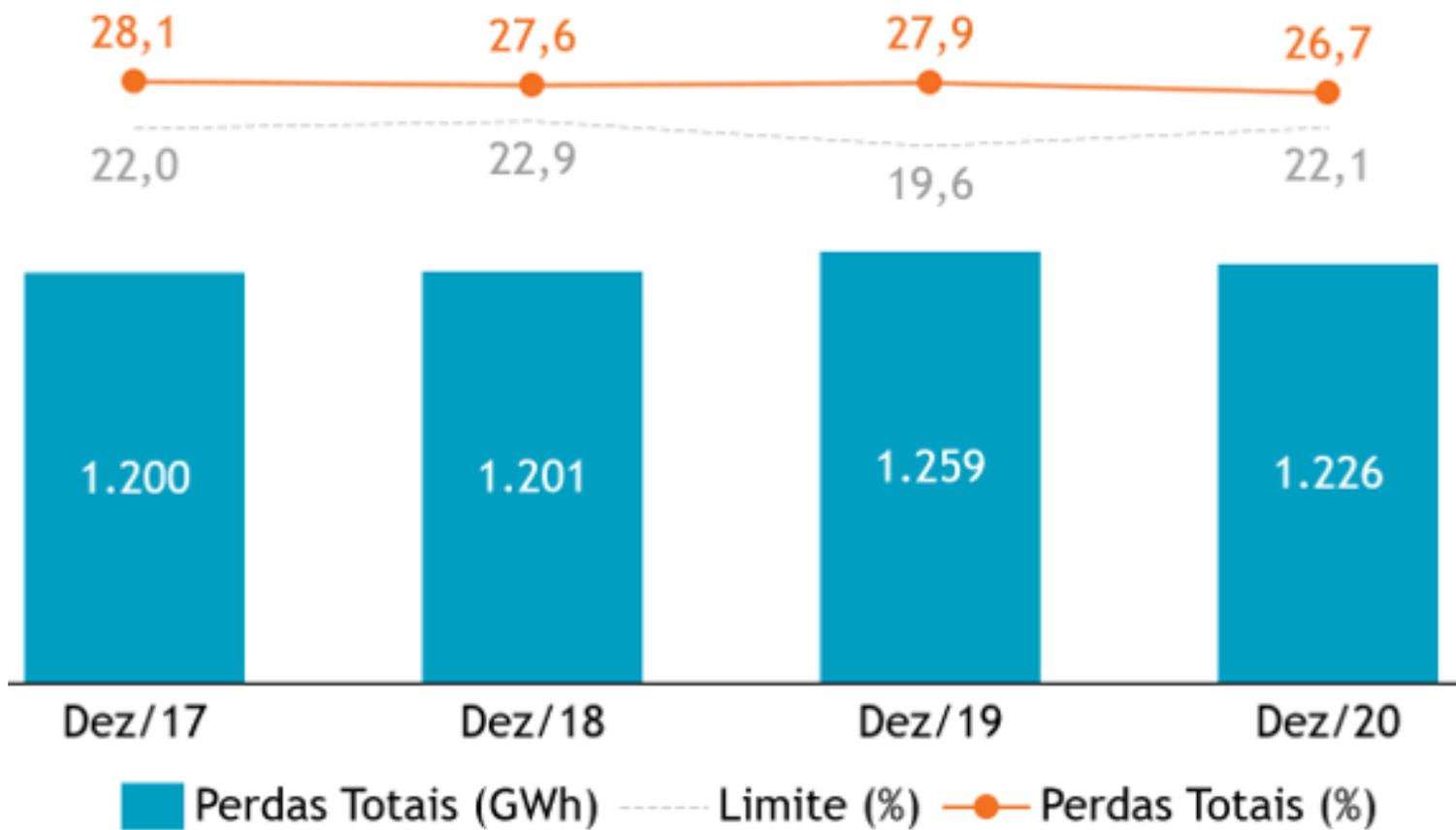
Últimos 12 meses									ANEEL
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			
dez/ 19	set/ 20	dez/ 20	dez/ 19	set/ 20	dez/ 20	dez/ 19	set/ 20	dez/ 20	
12,00	12,07	12,63	15,87	15,08	14,04	27,87	27,15	26,68	22,05

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			Var. (%) ⁽¹⁾
dez/ 19	set/ 20	dez/ 20	dez/ 19	set/ 20	dez/ 20	dez/ 19	set/ 20	dez/ 20	
542,3	546,5	580,4	717,1	682,4	645,3	1.259,5	1.228,9	1.225,7	- 0,3

(1) Variação dezembro de 2020/setembro de 2020.

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da Companhia nos últimos quatro anos:



3.3. Gestão da Inadimplência

3.3.1. Taxa de Inadimplência

A métrica para análise da inadimplência utilizada pela Energisa Rondônia é a relação entre a soma da provisão para créditos de liquidação duvidosa com incobráveis e o fornecimento faturado, no período de 12 meses.

Indicador de PPECLD (% últimos 12 meses)

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)				
	dez/ 20	dez/ 19	Varição em p.p.	Dez / 20 (sem PPECLD Covid)	Varição em p.p.
ERO	3,4	1,91	1,49	1,54	-0,37

3.3.2. Taxa de Arrecadação

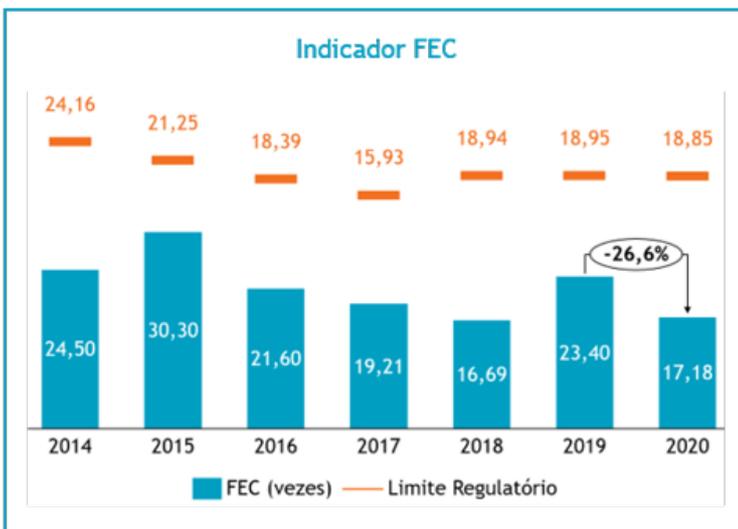
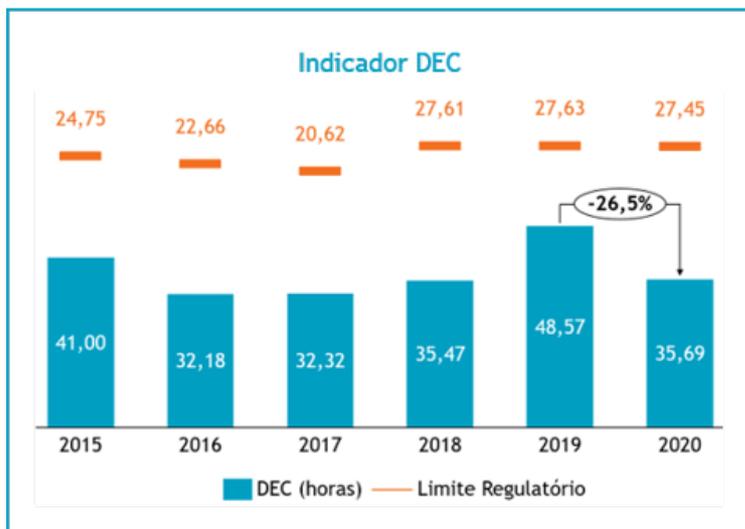
A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/ 20	dez/ 19	Varição em p.p.
ERO	93,03	93,41	- 0,40

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

A Companhia manteve sua forte trajetória de melhora. Na comparação com o realizado em dezembro de 2019, alcançou redução de 12,88 horas (26,5%) no DEC e de 6,22 vezes (26,6%) no FEC. Observa-se assim, que a companhia se aproxima significativamente do limite regulatório no caso do DEC e se posiciona abaixo deste mesmo limite no caso do FEC.

Nos últimos seis anos, esses indicadores apresentaram a seguinte evolução:



4. Desempenho Financeiro

4.1. Receita Operacional

Em 2020, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 2.224,6 milhões contra R\$ 2.050,7 milhões registrados em 2019, crescimento de 8,5% (R\$ 173,9 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou acréscimo de 14,1% (R\$ 177,8 milhões) no período, para R\$ 1.442,0 milhões.

A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	591,2	525,6	+ 12,5	2.105,2	2.083,8	+ 1,0
ũ Residencial	302,8	262,4	+ 15,4	1.043,9	987,3	+ 5,7
ũ Industrial	46,0	47,9	- 3,9	176,8	194,2	- 9,0
ũ Comercial	128,0	99,6	+ 28,5	462,7	468,1	- 1,2
ũ Rural	57,3	47,0	+ 21,9	204,5	181,9	+ 12,4
ũ Outras classes	57,2	68,7	- 16,8	217,4	252,2	- 13,8
(+) Suprimento de energia elétrica	79,3	34,6	+ 129,3	113,9	77,6	+ 46,8
(+) Fornecimento não faturado líquido	(6,2)	(25,1)	- 75,3	60,7	(15,0)	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	6,2	33,5	- 81,6	7,4	34,3	- 78,5
(+) Receitas de construção	119,7	93,8	+ 27,6	488,8	402,7	+ 21,4
(+) Constituição e amortização - CVA	(81,9)	(87,6)	- 6,5	(202,4)	(280,4)	- 27,8
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	24,2	24,5	- 1,5	100,0	95,6	+ 4,5
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	2,6	0,6	+ 330,1	2,6	1,5	+ 82,4
(+) Outras receitas	0,6	36,2	- 98,4	37,2	53,4	- 30,4
(=) Receita bruta	735,6	636,2	+ 15,6	2.713,4	2.453,4	+ 10,6
(-) Impostos sobre vendas	170,2	151,0	+ 12,7	600,1	589,3	+ 1,8
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(2,1)	(6,2)	- 66,7	(3,5)	(17,5)	- 80,2
(-) Encargos setoriais	46,9	41,5	+ 13,0	186,0	214,7	- 13,4
(=) Receita líquida	520,6	449,9	+ 15,7	1.930,8	1.666,9	+ 15,8
(-) Receitas de construção	119,7	93,8	+ 27,6	488,8	402,7	+ 21,4
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	400,9	356,1	+ 12,6	1.442,0	1.264,2	+ 14,1

Foram determinantes para esse desempenho:

- i) Aumento de 12,5% (R\$ 65,6 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T20 em relação ao 4T19 (crescimento de 1,0% ou R\$ 21,5 milhões em 2020 sobre 2019);
- ii) Crescimento de 129,3% (R\$ 44,7 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias em relação ao 4T19 (aumento de 46,8% ou R\$ 36,3 milhões em 2020 sobre 2019);
- iii) Acréscimo de 330,1% (R\$ 2,0 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T20 em relação ao 4T19 (aumento de 82,4% ou R\$ 1,2 milhão em 2020 sobre 2019); e
- iv) Redução de 81,6% (R\$ 27,3 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) em relação ao 4T19 (decréscimo de 78,5% ou R\$ 27,0 milhões em 2020 sobre 2019).

4.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 1.384,6 milhões em 2020 e R\$ 360,8 milhões no 4T20, reduções de 13,8% (R\$ 222,2 milhões) e 17,3% (R\$ 75,7 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2019. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram baixa de 37,0% (R\$ 57,9 milhões), totalizando R\$ 98,7 milhões no 4T20. No acumulado essas despesas totalizaram R\$ 368,5 milhões, decréscimo de 28,4% (R\$ 146,2 milhões) ante os R\$ 514,7 milhões registrados no 2019.

A seguir, a composição das despesas operacionais da Companhia:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	284,2	295,3	- 3,8	948,9	1.050,8	- 9,7
1.1 Energia comprada	259,1	283,4	- 8,5	874,8	1.017,0	- 14,0
1.2 Transporte de potência elétrica	25,1	12,0	+ 109,3	74,2	33,8	+ 119,4
2 Custos e Despesas controláveis	106,0	122,0	- 13,2	390,1	467,5	- 16,6
2.1 PMSO	98,7	156,6	- 37,0	368,5	514,7	- 28,4
2.1.1 Pessoal	42,8	63,2	- 32,3	144,0	229,4	- 37,2
2.1.2 Fundo de pensão	0,5	0,8	- 44,1	2,3	5,1	- 55,1
2.1.3 Material	5,5	4,4	+ 24,7	19,2	13,3	+ 44,5
2.1.4 Serviços de terceiros	43,9	66,5	- 34,0	162,4	219,8	- 26,1
2.1.5 Outras	6,0	21,7	- 72,1	40,7	47,0	- 13,5
ũ Multas e compensações	0,2	3,6	- 94,7	3,8	6,7	- 44,2
ũ Contingências (liquidação de ações cíveis)	3,5	10,9	- 67,8	18,1	29,2	- 38,1
ũ Outros	2,3	7,2	- 67,5	18,8	11,0	+ 70,6
2.2 Provisões/ Reversões	7,2	(34,6)	-	21,6	(47,2)	-
2.2.1 Contingências	(4,4)	(37,3)	- 88,3	(50,2)	(87,5)	- 42,6

2.2.2 Devedores duvidosos	11,6	2,7	+ 333,9	71,8	40,4	+ 77,9
3 Demais receitas/ despesas	(29,4)	19,0	-	45,6	88,4	- 48,4
3.1 Depreciação e amortização	28,1	19,1	+ 46,8	103,4	88,3	+ 17,0
3.2 Outras receitas/ despesas	(57,5)	(0,1)	+ 78.676,7	(57,8)	0,0	-
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	360,8	436,4	- 17,3	1.384,6	1.606,7	- 13,8
Custo de construção (*)	119,7	93,8	+ 27,6	488,8	402,7	+ 21,4
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	480,5	530,2	- 9,4	1.873,4	2.009,3	- 6,8

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

4.3. Lucro (Prejuízo) líquido e geração de caixa

A evolução do lucro (prejuízo) líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T20	4T19	Var. %	Var. R\$	2020	2019	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro (Prejuízo) líquido	8,2	(97,3)	-	105,5	(143,8)	(516,0)	- 72,1	372,2
(-) Contribuição social e imposto de renda	(15,5)	(0,1)	+ 10.772,7	(15,4)	(15,6)	(0,3)	+ 4.399,1	(15,2)
(-) Resultado financeiro	(16,3)	(16,7)	- 2,5	0,4	(185,7)	(173,2)	+ 7,2	(12,5)
(-) Depreciação e amortização	(28,1)	(19,1)	+ 46,8	(8,9)	(103,4)	(88,3)	+ 17,0	(15,0)
(=) Geração de caixa (EBITDA)	68,2	(61,3)	-	129,4	160,8	(254,1)	-	414,9
(+) Receita de acréscimos moratórios	3,5	21,4	- 83,5	(17,9)	43,0	68,8	- 37,5	(25,8)
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	71,7	(39,8)	-	111,6	203,8	(185,3)	-	389,1
Margem do EBITDA Ajustado (%)	13,8	(8,9)	+ 22,6 p.p.		10,6	(11,1)	+ 21,7 p.p.	

5. Estrutura de capital

5.1. Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 397,7 milhões em dezembro, frente aos R\$ 357,7 milhões registrados em setembro de 2020. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram juntas saldos de R\$ 340,0 milhões em dezembro, contra R\$ 310,3 milhões em setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 2.628,2 milhões, contra R\$ 2.581,6 milhões em setembro de 2020.

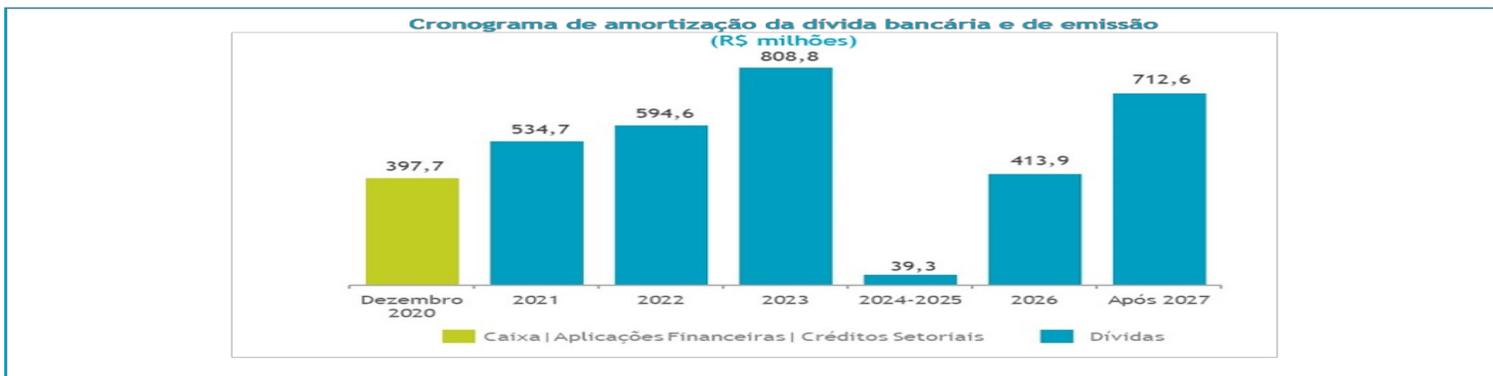
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	13/ 12/2020	30/ 09/2020	31/ 12/2019
Circulante	547,2	476,6	81,0
Empréstimos e financiamentos	7,1	-	-
Debêntures	527,5	457,0	60,6
Encargos de dívidas	0,1	0,9	0,2
Parcelamento de impostos e benefícios pós emprego	16,8	22,6	16,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(4,4)	(3,9)	3,6
Não Circulante	2.478,7	2.462,7	2.586,5
Empréstimos e financiamentos	1.013,4	1.034,8	749,0
Debêntures	1.555,8	1.477,7	1.863,8
Parcelamento de impostos e benefícios pós emprego	10,3	47,9	13,9
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(100,8)	(97,7)	(40,2)
Total das dívidas	3.025,9	2.939,3	2.667,5
(-) Disponibilidades financeiras	57,7	47,4	238,2
Total das dívidas líquidas	2.968,2	2.892,0	2.429,4
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	30,4	24,7	7,5
(-) Créditos CCC (deduzidos do saldo dos fornecedores CCC)	139,3	(4,4)	75,2
(-) Créditos CVA	170,3	290,0	640,1
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	2.628,2	2.581,6	1.706,6

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios .

5.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2020, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



6. Investimentos

Com a prioridade de investir em obras que melhorem a qualidade dos serviços prestados, assim como promover a regularização, construção de redes e ligação de novos clientes, a Energisa Rondônia investiu R\$ 633,9 milhões em 2020, ante R\$ 622,0 milhões do ano anterior. No quarto trimestre do ano, o valor chegou a R\$ 150,6 milhões.

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Ativo Elétrico	(130,5)	88,1	-	293,0	425,5	- 31,1
Obrigações Especiais	247,3	130,3	+ 89,8	292,7	153,2	+ 91,1
Ativo não Elétrico	33,8	19,5	+ 73,3	48,2	43,3	+ 11,3
Total dos Investimentos	150,6	237,9	- 36,7	633,9	622,0	+ 1,9

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Entre as realizações no ano, destacaram-se:

- Execução nas obras do Bloco I referentes à interligação dos sistemas isolados pelo programa de obras da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), possibilitando a desativação de 3 térmicas:
 - Linha de Distribuição de Alta Tensão de 138 kV Presidente Médici/Alvorada 50,8 km;
 - Linha de Distribuição de Alta Tensão de 138 kV para seccionamento 3,6 km;
 - Linha de Distribuição de Alta Tensão de 69 kV São Miguel/Seringueiras 39,4 km;
 - Linha de Distribuição de Alta Tensão de 69 kV Seringueiras/São Francisco 70,6 km;
 - Linha de Distribuição de Alta Tensão de 69 kV São Francisco/São Domingos 54,2 km;
 - Linha de Distribuição de Alta Tensão de 69kV de São Domingos/Costa Marques 56 km;
 - SED Presidente Médici 138 kV (construção do setor de alta tensão para seccionamento);
 - SED Alvorada do Oeste 138/13,8 kV 12,5 MVA;
 - SED São Miguel 138/69 kV 26,6 MVA (aumento da capacidade);
 - SED Seringueiras 69/13,8 kV 6,25 MVA;
 - SED Corumbiara 69/13,8 kV 12,5 MVA (construção do Setor de alta tensão 69kV);
 - SED São Francisco 69/13,8 kV 12,5 MVA;
 - SED São Domingos 69/13,8 kV 6,25 MVA;
 - SED Costa Marques 69/13,8 kV 6,25 MVA;
 - SED Chupinguaia 69/34,5/13,8 kV 12,5 MVA (construção do Setor de alta tensão 69kV).
- Novos circuitos de média tensão para redistribuição de cargas de distribuição, sendo:
 - Construção do Alimentador 34,5 kV Nova Dimensão, 65 km;
 - Construção do Alimentador 34,5 kV Rolim/Santa Luzia 25 km;
 - Construção do Alimentador 34,5 kV Pimenta Bueno/Espigão 12 km;
 - Construção do Alimentador 13,8 kV Santo Antônio 4 km;
 - Construção de 2 Alimentadores 13,8 kV Corumbiara;
 - Construção do Alimentador 13,8 kV Alta Floresta;
 - Construção de 13,7 km de rede compacta 13,8 kV para atendimento das Subestações da CCC.
- Uma nova subestação em Nova Dimensão 34,5/13,8 kV 7,5 MVA;
- Aumento da capacidade instalada em 12,5 MVA na SED Ouro Preto;
- Instalação de 6 Bancos Reguladores de Tensão nas SEDs Santa Luzia, Cerejeiras, Alto Alegre, Pimenteiras, Parecis e Migrantinópolis;
- Instalação de 13 religadores de 34,5 kV em Subestações;
- Instalação de 120 religadores nas linhas de distribuição até o final do ano (96 de 13,8 kV e 24 de 34,5 kV);

7. Gestão de pessoas

A gestão do capital humano é uma das alavancas para a perenidade dos negócios. A Energisa Rondônia busca atrair, reter e capacitar profissionais que compartilhem de seus valores e contribuam para o alcance de seus objetivos e da qualidade dos serviços. A Empresa encerrou 2020 com 1.269 colaboradores próprios e 1.018 contratados de terceiros, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

A atuação é pautada por um modelo de Gestão por Competências, desdobrado em ações de desenvolvimento de colaboradores em todos os níveis, das equipes de campo aos líderes e futuros líderes. No ano, foram investidos R\$ 615,6 mil em treinamento e educação, com a média de 112,5 horas por empregado de cargos operacionais, 58,2 horas em cargos gerenciais e 79,2 horas em áreas administrativas.

No ano, com o cenário de pandemia, foi fundamental a Educativa Online, plataforma que compreende o modelo de capacitação por meio de trilhas para incentivar a mentalidade de autodesenvolvimento por meio de educação e treinamento direcionados a todos os negócios do Grupo Energisa. Em 2020, no Programa de Autodesenvolvimento, foram liberados mais de 50 novos cursos, a exemplo de desenvolvimento de sistemas, data analytics e customer experience.

Outro destaque de 2020 foi a criação de um grupo de trabalho para gerenciar a efetivação do programa de diversidade da Companhia. O trabalho constou de benchmarking com empresas de referência e construção do cenário de diversidade, como apoio ao posicionamento em relação ao tema.

8. Saúde e segurança

Segurança é um valor inegociável para a Energisa Rondônia, que endereça iniciativas para a prevenção de acidentes, melhoria de indicadores e de uma cultura baseada no comportamento seguro.

A principal iniciativa envolve o projeto Operar Seguro, que tem foco em reconhecer riscos e identificar barreiras comportamentais, bem como oportunidades de melhorias operacionais que garantam maior segurança. Também são realizados workshops com lideranças e palestras com colaboradores e um Comitê Executivo de Saúde e Segurança garante que diretores e líderes abordem questões estratégicas de saúde e segurança. Todos os colaboradores e contratados de terceiros devem seguir as Regras de Ouro, um conjunto de procedimentos a observar em qualquer tarefa.

No ano, entretanto, ocorreram dois óbitos de empregados de empresas contratadas (quatro ocorrências fatais em 2019). Dessa forma, a taxa de gravidade da força de trabalho (próprios e terceiros) foi de 1.582,89, ante 4.674,05 no ano anterior. A taxa de frequência de acidentes (próprios e terceiros) passou de 6,21 para 8,89.

Em 2020, foi realizado um curso com informações sobre segurança ao conduzir os veículos e a nova telemetria do Grupo, quais as responsabilidades do condutor, detalhes sobre os equipamentos instalados e na frota. Realizados na plataforma de ensino a distância, os cursos contemplaram dados sobre o aplicativo disponível para monitoramento e melhorias no comportamento ao volante, entre outros temas. Está em desenvolvimento um projeto de realidade virtual, cujo objetivo é que eletricitistas adquiram conhecimento inicial de forma a mitigar o risco atrelado ao trabalho.

E para saúde e qualidade de vida e bem-estar dos colaboradores, há o Programa Viva Energia, com os pilares de Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. O primeiro inclui ginástica laboral, campanhas para a promoção da saúde e prevenção de doenças, assim como monitoramento de exames periódicos. Em Saúde Assistencial são concedidos benefícios a portadores de doenças crônicas e de câncer. E o pilar Qualidade de Vida promove atividades que contribuem para saúde e bem-estar, como musculação e natação, por meio de parceria com academias em todo o território nacional. Em 2020, com o cenário de pandemia, foi dada atenção especial ao aspecto de saúde mental dos colaboradores.

9. Responsabilidade socioambiental

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

A sustentabilidade está incorporada à estratégia da Energisa Rondônia, pela consciência de seu potencial de impacto sobre a sociedade e o meio ambiente, com o apoio de um modelo de negócio que visa a geração de valor para todos os seus públicos de relacionamento. Esse direcionamento permite à Companhia captar as oportunidades do setor e contribuir com o desenvolvimento sustentável.

Como reforço à sua estratégia, em 2020 o Grupo Energisa passou a integrar a Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da Nações Unidas (ONU) que fornece diretrizes para iniciativas que contribuem para impulsionar a sustentabilidade e a cidadania. Como empresa signatária, tem como compromisso contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030.

Também em 2020, o Grupo passou a fazer da Plataforma de Ação pelo Clima, da Rede Brasil do Pacto Global, norteado pelo ODS 7 (energia limpa e acessível) e pelo ODS 13 ação contra a mudança global do clima), por meio de atividades e projetos direcionados para a mitigação e adaptação a esse desafio.

9.1. Eficiência energética

A Companhia investiu R\$ 12,2 milhões em 2020 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 2.134 unidades consumidoras e permitiram economizar 6.847 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante um ano aproximadamente 2,9 mil residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou LED e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas internas, e palestras sobre o uso racional da energia elétrica. Mais de 1 mil geladeiras foram trocadas e 30 mil lâmpadas eficientes distribuídas.

Como parte do Energia em Foco – que reúne os projetos de eficiência energética que beneficiam órgãos públicos, incluindo iluminação urbana, e instituições de saúde – houve treinamento online para a equipe técnica e administrativa da prefeitura do município de Itapuã do Oeste, um dos locais contemplados com projeto de iluminação pública, com instalação de 370 lâmpadas nas principais avenidas da cidade e previsão de economia equivalente a R\$ 124 mil/ano para o município. Também foram promovidos treinamentos online com equipes técnica e administrativa do Hospital Santa Marcelina e de cinco municípios de Rondônia. O hospital recebeu placas solares e a troca de 568 lâmpadas e 13 condicionadores de ar. Já as cidades de Alto Paraíso, Alvorada do Oeste, Nova Brasilândia, Machadinho do Oeste e Mirante da Serra foram contempladas com a instalação de 4.103 lâmpadas na iluminação pública.

9.2. Projetos socioculturais

Diante dos impactos da pandemia e atenta às demandas da sociedade, o Grupo Energisa criou o Energia do Bem, uma iniciativa de mobilização nacional que contou com doação de equipamentos para hospitais, como alimentos e material de limpeza e higiene pessoal para instituições beneficentes, compreendendo:

- ü Doação de 2 mil cestas básicas para o movimento SOS Rondônia;
- ü Doação de 300 cestas básicas em projeto com a Unesco;
- ü Doação de insumos e equipamentos de proteção individual para o Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, de Porto Velho;
- ü Doação de 840 máscaras N95 para o Centro de Medicina Tropical de Rondônia;
- ü Aquisição de 120 mil máscaras, metade delas exportadas para o Acre e o Mato Grosso;
- ü Doação de materiais de higiene pessoal para Casa do Anicião São Vicente de Paula;
- ü Atendimento prioritário para ligação de energia do hospital de campanha de Guajará Mirim.
- ü Manutenção preventiva das redes de energia de toda a rede de saúde básica do estado.

Houve avanço em 2020 do projeto Geração Energia, de qualificação profissional no setor elétrico para jovens entre 16 e 29 anos, em situação de vulnerabilidade social. Desde o início do projeto, em 2019, cerca de 5 mil jovens de Rondônia do Acre foram impactados, por meio das trilhas de desenvolvimento e dos clubes de aprendizagem realizados em 44 instituições. Em qualificação profissional, 259 foram selecionados, dos quais 217 aprovados para sequência dos cursos de qualificação profissional.

E entre projetos de universalização de acesso à energia, destaca-se o Luz para Todos, que proporcionou acesso à energia elétrica para mais de 2,4 mil unidades, com um investimento global de R\$ 22,5 milhões.

9.3. Iniciativas ambientais

A atuação da Energisa Rondônia é orientada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, que compreende diretrizes de responsabilidade no convívio com o meio ambiente e uso eficiente de recursos naturais. Os impactos são mitigados por meio de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança (SGMASS), uma ferramenta compatível com as normas ISO 14001 e ISO 45001 e que fornece os subsídios para o adequado monitoramento dos aspectos socioambientais e de saúde e segurança.

As principais iniciativas da Companhia compreendem preservação da biodiversidade do Bioma Amazônico e redução das emissões de gases de efeito estufa decorrente do deslocamento de termelétricas movidas a diesel para a geração de energia em comunidades isoladas. Em 2020, com o desligamento de quatro geradoras térmicas, a Energisa Rondônia registrou a redução de 65 mil toneladas de carbono equivalente de emissões de gases de efeito estufa. Foi investido R\$ 1,5 milhão na desmobilização de usinas térmicas (UTES), para retiradas de tanques e tambores com borra e equacionamento de passivos (descarte correto de 2,8 mil litros de óleo usado que estavam armazenados nas UTES) e em estudos de investigação geológica nessas usinas.

Para proteger a biodiversidade, são utilizados cabos isolados nas redes em que a arborização pode ser mais afetada pelo contato com a baixa-tensão energizada. De forma a evitar podas indesejáveis e preservar o equilíbrio ecológico, cabos protegidos são instalados redes de média-tensão que têm proximidades com arborização. Nos casos em que há necessidade de corte de vegetação, há ações de reposição florestal para recompor a vegetação, em linha com a legislação ambiental vigente, como forma de compensar a supressão executada durante as obras.

Em 2020, foi investido R\$ 1,4 milhão na regularização ambiental das subestações, além de doadas mais de 4 mil mudas de castanheiras para o projeto Plante Castanha Brasil, demarcados seis novos sítios arqueológicos e executado manejo da fauna com resgate de animais nas faixas de servidão e locais de obras.

10. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Ernst & Young Auditores Independentes pela revisão contábil das demonstrações financeiras em 2020 foi de R\$ 739 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/ A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2020						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2020			2019		
Receita líquida (RL)	1.930.798			1.666.871		
Resultado operacional (RO)	(128.250)			(515.669)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	118.326			157.506		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	19.962	16,87%	1,03%	14.837	9,42%	0,89%
Encargos sociais compulsórios	28.365	-	-	62.861	-	-
Previdência privada	2.307	-	-	5.139	-	-
Saúde	12.420	-	-	17.518	-	-
Segurança e saúde no trabalho	5.404	-	-	8.091	-	-
Educação	123	-	-	8	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.497	-	-	110	-	-
Creches ou auxílio-creche	1.014	-	-	1.323	-	-
Participação nos lucros ou resultados	8.157	-	-	4.320	-	-
Outros	1.060	-	-	877	-	-
Total - Indicadores sociais internos	80.309	1	-	115.084	1	-
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	503	-	-	941	-	-
Cultura	659	-	-	708	-	-
Saúde e saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Outros	420	-	-	371	-	-
Total das contribuições para a sociedade	1.582	-	-	2.020	-	-
Tributos (excluídos encargos sociais)	490.304	(4)	-	442.222	(1)	-
Total - Indicadores sociais externos	491.886	(4)	-	444.242	(1)	-
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	5.300	-	-	13.291	-	-
Investimentos em programas e/ ou projetos externos	1.500	-	-	7	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente	6.800	-	-	13.298	-	-
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	75%	(X) não possui metas () cumpre de 51 a () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2.020			2.019	
Nº de empregados(as) ao final do período		1.269			923	

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

Nº de admissões durante o período	667			167		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.018			1.403		
Nº de estagiários(as)	15			48		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	85			111		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	173			164		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13%			15%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	883			593		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	36%			39%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	33			38		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020			Metas 2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	47,27			47,27		
Número total de acidentes de trabalho	12			8		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) não se envolve	() apoia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 240.082	no Procon 1.419	na Justiça 14.436	na empresa 228.078	no Procon 1.277	na Justiça 13.945
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 13%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 14,30%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2020:	1.018.311		Em 2019:	741.203	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	69% governo colaboradores(as) acionistas			16% 0% -14% retido		
				97% governo 30% colaboradores(as) 0% acionistas -70% retido		
7 - Outras informações	2020			2019		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União						
7.1.2 - Investimento do Estado						
7.1.3 - Investimento do Município						
7.1.4 - Investimento da Concessionária						
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)						
7.2 - Programa de eficiência Energética						
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento						
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)						

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	27.887	40.771
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	29.790	197.384
Consumidores e concessionárias	6	462.267	447.497
Estoques		27.695	19.192
Instrumentos financeiros derivativos	33	8.944	-
Tributos a recuperar	7	72.712	124.013
Ativos financeiros setoriais	9	48.617	278.785
Direito de ressarcimento	10	176.233	38.138
Outros créditos	11	129.607	27.539
Total do circulante		983.752	1.173.319
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	271.636	216.405
Tributos a recuperar	7	39.601	25.214
Instrumentos financeiros derivativos	33	100.762	40.160
Direito de ressarcimento	10	-	40.488
Depósitos e cauções vinculados	24.1	441.667	258.636
Ativos financeiros setoriais	9	560.727	549.467
Ativos financeiros indenizável da concessão	14	31.546	29.027
Outros créditos	11	188.265	537
		1.634.204	1.159.934
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	15	551.087	560.344
Investimento		166	166
Imobilizado	16	20.547	17.109
Intangível	17	1.272.654	1.055.451
Total do não circulante		3.478.658	2.793.004

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

	Nota	2020	2019
Total do ativo		4.462.410	3.966.323
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	18	303.809	379.709
Encargos de dívidas	19	120	152
Empréstimos e financiamentos	19	7.129	-
Debêntures	20	527.497	60.625
Impostos e contribuições sociais	22	87.806	79.450
Encargos setoriais	23.1	19.825	23.215
Instrumentos financeiros derivativos		4.578	3.558
Obrigações estimadas		11.821	7.591
Passivos financeiros setoriais	9	415.375	152.494
Obrigações de ressarcimento	10	6.437	13.203
Benefícios pós emprego	34	16.785	16.661
Arrendamentos operacionais	21	946	4.783
Outros passivos	25	59.462	81.708
Total do circulante		1.461.590	823.149
Não circulante			
Fornecedores	18	1.373	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	1.013.397	749.016
Debêntures	20	1.555.839	1.863.760
Impostos e contribuições sociais	22	33.854	4.731
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	15.913	346
Encargos setoriais	23.1	68.424	69.789
Débitos com partes relacionadas	12	842.305	702.159
Passivos financeiros setoriais	9	23.716	35.679
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24	1.218.690	1.214.189
Obrigações de ressarcimento	10	-	133.038
Incorporação de redes	23.2	107.274	104.779
Benefícios pós emprego	34	10.266	13.927
Arrendamentos operacionais	21	2.265	3.063
Outros passivos	25	120.324	129
Total do não circulante		5.013.640	4.894.605
Patrimônio líquido			
Capital social	26.1	3.440.347	3.440.347
Reserva de capital	26.2	(115.641)	160
Outros resultados abrangentes		(1.771)	-
Prejuízos acumulados		(5.335.755)	(5.191.938)
Total do patrimônio líquido		(2.012.820)	(1.751.431)
Total do passivo e patrimônio líquido		4.462.410	3.966.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	27	1.930.798	1.666.871
Custo do serviço de energia elétrica	28	(948.937)	(1.050.780)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	28	(859.370)	(787.082)
Lucro bruto		122.491	(170.991)
Despesas gerais e administrativas	28	(122.903)	(171.449)
Outras receitas	29	71.253	4.384
Outras despesas	29	(13.429)	(4.405)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		57.412	(342.461)
Receita financeira	30	101.593	138.890
Despesa financeira	30	(287.255)	(312.098)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(185.662)	(173.208)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(128.250)	(515.669)
Imposto de renda e Contribuição social diferido	13	(15.567)	(346)
Prejuízo do exercício		(143.817)	(516.015)
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária - R\$	31	(0,03)	(0,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício	31	(143.817)	(516.015)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	26.3	(1.771)	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		(145.588)	(516.015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(143.817)	(516.015)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13	15.567	346
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		211.018	162.573
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	(2.649)	(1.452)
Depreciação e a Amortização	28	103.391	88.343
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	28	71.837	40.384
(Reversão) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	28	(15.330)	(58.247)
Provisão para estoques obsoletos	15	7.951	6.163
(Reversão) de processos de incorporação de redes	28	-	(470)
Marcação a Mercado da Dívida		11.072	34.042
Marcação a Mercado de derivativos		(11.270)	(34.085)
Instrumento Financeiro Derivativo		(52.998)	(2.517)
Ganho na alienação de bens do imobilizado e do intangível		(30.281)	(7.237)
Programa de remuneração variável - ILP		447	160
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(134.873)	(201.690)
(Aumento) de estoques		(16.454)	(2.490)
Diminuição (aumento) de tributos a recuperar		36.931	(48.527)
(Aumento) de depósitos e cauções vinculados		(166.811)	(21.426)
Diminuição de ativos financeiros setoriais		248.014	244.367
Recebimentos Despacho - CONTA COVID	9	272.819	
(Aumento) diminuição de outros créditos		(95.818)	146.360
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) aumento de fornecedores		(87.197)	147.484
(Diminuição) aumento de impostos e contribuições sociais		(3.619)	16.984
Aumento (diminuição) de obrigações estimadas		4.230	(26.904)
Aumento de encargos setoriais		6.643	3.701
(Diminuição) aumento de passivos financeiros setoriais		(29.218)	41.728
Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos		(28.499)	(61.472)
(Diminuição) aumento outras contas a pagar		(161.750)	8.725
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		9.336	(41.172)
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		169.492	(101.375)
Aplicações no ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	15 e 35	(573.443)	(485.988)
Alienação de bens do imobilizado e intangível		7.520	5.213
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(396.431)	(582.150)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	19 e 20	386.787	418.116
Novos parcelamentos de impostos		44.914	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	19 e 20	(43.054)	(344.291)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	19 e 20	(98.012)	(127.301)
Pagamento por liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos		(4.275)	-
Pagamento por arrendamento mercantil		344	(1.604)
Pagamento de incorporação de redes		(5.445)	-
Partes relacionadas		99.303	670.190
Pagamento de parcelamento de impostos		(6.351)	(4.712)
Aumento de capital com subscrição de ações	26	-	28.205
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		374.211	638.603
Variação líquida do caixa		(12.884)	15.281
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	40.771	25.490
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	27.887	40.771
Variação líquida do caixa		(12.884)	15.281

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia e serviços	27	2.228.081	2.068.253
Outras receitas (despesas)	29	71.253	4.384
Receitas relativas a construção de ativos próprios	28 e 30	490.510	404.834
Reversão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	28	(71.837)	(40.384)
		<u>2.718.007</u>	<u>2.437.087</u>
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia vendida	28.1	1.040.850	1.160.576
Materiais e serviços de terceiros	28	182.167	233.461
Outros custos operacionais	28	479.835	359.167
		<u>1.702.852</u>	<u>1.753.204</u>
Valor adicionado bruto		<u>1.015.155</u>	<u>683.883</u>
Amortização e depreciação	28	103.391	88.343
Valor adicionado líquido		<u>911.764</u>	<u>595.540</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	30	106.547	145.663
Valor adicionado total a distribuir		<u>1.018.311</u>	<u>741.203</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		119.965	138.800
Benefícios		34.177	32.904
FGTS		10.239	46.705
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		123.787	107.344
Estaduais		394.645	397.510
Municipais		237	229
Obrigações Intrasetoriais		186.004	214.719
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	30	288.949	314.249
Aluguéis		4.125	4.758
		<u>1.162.128</u>	<u>1.257.218</u>
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício	31	(143.817)	(516.015)
		<u>1.018.311</u>	<u>741.203</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social		Reservas de capital					Total
		Subscrito	A Integralizar	Integralizado	Transações entre sócios	Outras Reservas de Capital	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	
Saldos em 01 de janeiro de 2019		3.440.347	(28.205)	3.412.142	-	-	(4.675.923)	-	(1.263.781)
Integração do capital conf. AGOE de 28/ 04/2019	26.1	-	28.205	28.205	-	-	-	-	28.205
Programa de remuneração variável (ILP)	26.2	-	-	-	-	160	-	-	160
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(516.015)	-	(516.015)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		3.440.347	-	3.440.347	-	160	(5.191.938)	-	(1.751.431)
Programa de remuneração variável (ILP)	26.2	-	-	-	-	447	-	-	447
Transações entre sócios	26.2	-	-	-	(116.248)	-	-	-	(116.248)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(143.817)	-	(143.817)
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos		-	-	-	-	-	-	(1.771)	(1.771)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		3.440.347	-	3.440.347	(116.248)	607	(5.335.755)	(1.771)	(2.012.820)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S.A (“Companhia” ou “ERO”), é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S.A., que atua em 52 municípios no Estado de Rondônia, atendendo a 670.598 consumidores. A Companhia possui sede na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 30 de outubro de 2018, Companhia assinou o contrato nº 02/2018-ANEEL, com direito a concessão dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica em Rondônia, com vigência até 29 de outubro de 2048, o direito de imobilização a receber registrado pela Companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, para ser amortizado ao longo da vida útil limitado ao novo prazo de concessão.

O contrato de concessão mencionado possui cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

- I. operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;
- II. realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- III. organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;
- IV. atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;
- V. implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;
- VI. cumprir metas de universalização do serviço de distribuição de energia elétrica, conforme regulamentação da ANEEL;
- VII. as revisões tarifárias ordinárias obedecerão ao seguinte cronograma: a primeira revisão será procedida em 13/12/2023 e as subsequentes serão realizadas a cada 5 (cinco) anos a partir desta data;
- VIII. a Companhia deverá quitar os empréstimos junto ao Fundo da RGR previstos pela Portaria MME nº388, de 26 de julho de 2016, 442, de 23 de agosto de 2016 e 122, de 4 de abril de 2018, corrigidos conforme art. 4º, - 5º, da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971. Os pagamentos deverão ser realizados, mensalmente, entre o mês subsequente ao mês da primeira revisão tarifária ordinária e o prazo final deste contrato, em parcelas iguais;
- IX. a Companhia fará jus ao reconhecimento tarifário de 79% do saldo devedor dos empréstimos a pagar, captados até a data-base estabelecida no Edital da Licitação, conforme definição do processo licitatório da concessão de distribuição de energia elétrica associada à transferência de controle da pessoa jurídica prestadora do serviço, realizada nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783/2013 e seus regulamentos, fazendo jus ao reconhecimento tarifário integral do saldo devedor dos empréstimos a pagar, captados após a data-base estabelecida no Edital da Licitação;
- X. submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e,
- XI. manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica regulada por este Contrato será considerada extinta, observadas as normas setoriais, nos seguintes casos: (a) advento do termo contratual, (b) encampação do serviço, (c) caducidade, (d) rescisão, (e) anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga; e, (f) falência ou extinção da distribuidora. O advento do termo contratual opera de pleno direito a extinção da concessão, facultando-se ao Poder Concedente, quando indispensável à preservação da continuidade na prestação do serviço público, prorrogar precariamente o presente Contrato até a assunção de nova outorga.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais (CVA), ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção da infraestrutura estão apresentados nas notas explicativas nº 8, 9, 14, 15, 17.1 e 27, respectivamente.

1.2 Efeitos de COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização de algumas obrigações do contrato de concessão que foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2020, tendo restringido a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais baixa renda e de unidades consumidoras que utilizam equipamentos especiais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupos de consumidores, inicialmente provocaram queda no consumo e na arrecadação da Companhia, entretanto tem sido observado recuperação das atividades econômicas que tem contribuído na melhoria dos dois fatores.

a) Impactos observados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

A pandemia da COVID-19 no Brasil produziu impactos sentidos pelos diversos agentes sociais e econômicos. Na Companhia os maiores impactos foram aqueles relacionados ao fornecimento de energia elétrica, devido à retração do mercado consumidor, e ao incremento da inadimplência, agravada pelo impedimento do corte no fornecimento de energia elétrica. Esses efeitos impactaram diretamente o fluxo de arrecadação, com reflexo nas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD).

Por outro lado, a Conta COVID tem neutralizado em parte os efeitos dos eventos no fluxo de caixa da Companhia e contribuído para atenuar as tarifas dos consumidores enquanto durar a pandemia.

A Companhia realizou os cálculos de perdas esperadas com o aumento da inadimplência, baseado em suas melhores estimativas, tendo apurado o montante de R\$51.581, reconhecidos a partir de março de 2020 no resultado do exercício.

A implementação das ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativções, e-mails e realizando campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital, tem produzidos efeitos positivos no incremento da arrecadação, que contribuíram na redução das provisões de perdas esperadas.

A Companhia segue acompanhando os efeitos da retração econômica, bem como das ações governamentais de proteção ao consumidor para refletir de forma tempestiva a realização de suas contas a receber, a qual foi ajustada para considerar as perdas esperadas em 31 de dezembro de 2020.

b) Sobrecontratação de energia elétrica

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

O cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira. A Companhia segue atenta e monitorando os níveis de sobrecontratação no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição.

Neste sentido, destaca-se que dentre as medidas elaboradas pelo Poder Executivo para contenção dos efeitos da pandemia, foi publicado o Decreto nº 10.350/2020 que, dentre outros, alterou a redação do Decreto nº 5.163/2004 de modo a reconhecer a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19 apurada conforme regulação da Aneel como exposição contratual involuntária de modo a mitigar os efeitos da sobrecontratação. Esta medida ainda será detalhada por meio de normatização a ser publicada pela ANEEL.

c) Equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, por meio da Medida Provisória nº 950/2020, regulamentada pelo Decreto nº 10.350/2020 e com base no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, reconheceu que os impactos causados pela pandemia COVID-19 são factíveis de avaliação do equilíbrio contratual. Com a publicação da Resolução Normativa nº 885, divulgada no diário oficial em 23 de junho de 2020 foi estabelecido o processo de discussão pública acerca do equilíbrio dos contratos, instaurado a partir de agosto de 2020.

A Companhia não reconheceu ativo financeiro setorial de RTE, referente ao equilíbrio contratual, em suas demonstrações financeiras.

d) Medidas operacionais e financeiras adotadas para enfrentamento e acompanhamento da pandemia

Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente no Brasil, o Grupo Energisa adotou medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se:

Pessoas

- Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes;
- Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico (Telemedicina) 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público;
- Criação de um canal de comunicação "Saúde em Foco" com dicas e orientações sobre os cuidados contra a COVID-19 para colaboradores e familiares;
- Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da COVID-19, testagem ampla para todos os casos suspeitos por sintomas ou contato com pessoas testado positivo;
- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e capacitação da liderança e dos colaboradores para desenvolver habilidades para o trabalho remoto. Ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia;
- Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações;
- Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade;
- Reforço na higienização dos ambientes de trabalho, sinalização dos espaços para garantir o respeito ao distanciamento social. Estabelecimento de monitoramento de temperatura nas entradas das sedes e bases operacionais. Implantação de site responsivo para monitorar casos suspeitos, através de questionário de sintomas; e,
- Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020, aplicada durante o período de abril a agosto de 2020. Em 06 de julho, a MP 936 foi transformada na Lei nº 14.020, que autoriza a redução de jornada e de salários e a suspensão dos contratos enquanto durar o estado de calamidade pública decretado até 31 de dezembro de 2020. A última mudança que impacta na conhecida MP 936, agora Lei 14.020, foi publicada no DOU do dia 24 de agosto. Trata-se do Decreto nº 10.470, que prorroga mais uma vez os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, bem como de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais da Lei 14.020.

Sociedade

A Companhia criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações em sua área de concessão. As principais ações são:

- Doação de máscaras e álcool em gel para hospitais da região de concessão;
- Doação de produtos de higiene e limpeza para asilo;
- Apoio para a capacitação profissional com abertura de 100 mil vagas em cursos de educação a distância, em parceria com o CNI e Senai, voltados a competências da indústria 4.0;
- Doação para aquisição de ventiladores pulmonares a hospitais;
- Doação de materiais para o enfrentamento da COVID-19 ao Hospital de Base de Porto Velho no valor de R\$14.385;
- Doação de 2000 cestas básicas para a Associação do MP de Rondônia no valor de R\$130; e,
- Doação de cestas básicas no valor de R\$ 90 nas comunidades de atuação da Energisa.

Financeiras

- Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde de forma prudente diante dos cenários de incertezas, a Companhia optou por postergar investimentos, com a redução na ordem de R\$126.300, ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. As obras em andamento da Companhia não sofreram impactos relevantes;
- Redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019;
- Considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas quanto o valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes em nossas informações financeiras trimestrais;
- Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento das competências de março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020 do PIS e da COFINS e da contribuição previdenciária patronal nos montantes de R\$ 15.249, recolhidos; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de março, abril e maio para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020 no valor total de R\$1.186, recolhidos; e, (iii) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 KWh/mês no período de 01 de abril à 30 de junho de 2020, prorrogada até 31 de julho de 2020, em que a Companhia será ressarcida integralmente pelos recursos originários da conta CDE; e,
- Adesão a CONTA-COVID: a Companhia aderiu CONTA-COVID implementada através da Resolução Aneel nº 885, de 23 de junho de 2020 que dispôs critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. O principal objetivo da instituição da CONTA-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente.

A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

1.3 Patrimônio Líquido e Capital Circulante Líquido Negativos

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2020 patrimônio líquido negativo, no montante de R\$2.012.822 (R\$1.751.431 negativos em 2019), tendo apurado prejuízo de R\$143.817 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$516.015 em 2019). Neste exercício, também apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R\$516.072 (R\$350.170 positivo em 2019).

A Administração, vem implementando ações objetivando reduzir custos operacionais, principalmente o de combate a perdas de energia, redução da inadimplência, manutenções e investimentos necessários nas linhas, redes e subestações, de forma a melhorar o desempenho econômico e financeiro da Companhia. Considera também, que para manter o ritmo de melhorias e a evolução econômica as necessidades de caixa que se fizer necessária para cumprir os compromissos assumidos pela Companhia, serão garantidos pela controladora Energisa S/A. Adicionalmente, celebrou contrato de financiamento com o BNDES, em fevereiro de 2021, no montante de R\$ 198.232, o recebimento dos recursos serão realizados a partir de março de 2021, que possibilitará a Companhia voltar a apresentar capital circulante positivo. O financiamento concedido pelo BNDES possui prazo total de 14 anos e é destinado à implantação do Plano de Investimentos da Companhia relativo ao período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2021.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 33.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I - Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II - Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III - Nota explicativa nº 13 - Créditos tributários;
- IV - Nota explicativa nº 14 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V - Nota explicativa nº 15 - Imobilizado;
- VI - Nota explicativa nº 16 - Intangível;
- VII - Nota explicativa nº 24 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias;
- VIII - Nota explicativa nº 26 - Custo de energia elétrica comprada para revenda;
- IX - Nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e,
- X - Nota explicativa nº 34 - Benefícios pós emprego.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros e atividades de hedge
Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/ IFRS 9

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados -por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e, (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias- nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - nota explicativa nº 33.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e compreendem em 31 de dezembro de 2020 a empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de " *hedge*" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

reconhecidas em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia designa certos instrumentos de "*hedge*" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "*hedge*" de valor justo. No início da relação de "*hedge*", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "*hedge*" e o item objeto de "*hedge*" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "*hedge*" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "*hedge*" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "*hedge*", atribuível ao risco sujeito a "*hedge*". A nota explicativa nº 33, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "*hedge*".

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.

- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.

- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

c. Consumidores e concessionárias - inclui o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa e reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

d. Estoques - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;

e. Ativos e passivos financeiros setoriais - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;

f. Ativo financeiro indenizável da concessão - corresponde ao contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia. No qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que à parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica que indica que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº14;

g. Ativo contratual – Infraestrutura em construção - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão;

h. Imobilizado – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

i. Intangível – compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável;

j. Arrendamentos – a Companhia avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de arrendamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

k. Juros e encargos financeiros - são capitalizados nas obras em curso com base na taxa média efetiva de captação limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

I. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão reconhecida na demonstração dos resultados caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas e são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

m. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

n. Derivativos – os instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 33;

o. Imposto de renda e contribuição social - compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

p. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

q. Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;

r. Receita Operacional - são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção, receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD), venda de energia na CCEE, receita de CVA e outras receitas relacionadas a serviços prestados. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção corresponde às receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. Adicionalmente, a receita de CVA e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia;

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

A receita com subvenção governamental somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado do exercício em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (nota explicativa nº 10 referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato).

s. Benefícios pós-emprego - plano de previdência na modalidade Contribuição Definida, Plano CD, em que os beneficiários contribuem paritariamente com a Companhia (patrocinadora), no sistema de capitalização individual, para transformação futura em renda pós-emprego. Isto é, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. O benefício gerado a partir da reserva de poupança é também classificado como de contribuição definida, tendo em vista que está limitado ao esgotamento da respectiva reserva. O regime contributivo também estabelece aportes mensais por parte de empregados e patrocinadora, com base em plano de custeio atuarial pré-concebido. Considerada a característica desse plano, para efeito do CPC 33 (R1), o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, deixando de gerar a obrigação pós-emprego de benefício definido.

A Companhia patrocina, plano de assistência médica e hospitalar aos colaboradores que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

t. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e,

u. Demonstração do valor adicionado – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar as demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia :

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia :

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2020
IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e/ou substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 52 municípios do Estado do Rondônia, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Operações compromissadas em debêntures. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a R\$104,5% (102,5% em 2019) do CDI.

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	27.887	33.598
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações compromissadas em debêntures (*)	-	7.173
Total de caixa e equivalentes de caixa – circulante	27.887	40.771

(*) Operações compromissadas em debêntures - são operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata e foram remuneradas a 104,5% (102,5 do CDI em 2019).

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, CDBs, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2020 equivale a 133,4% do CDI (112,2% do CDI em 2019).

Descrição	2020	2019
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	29.790	197.384
Certificado de Depósito Bancário CDB	505	-
Compromissadas	358	645
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	27.652	26.837
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾	1.275	169.902
Certificado de depósito bancário (CDB)	38	4.517
Cédula de crédito bancário (CCB)	3	507
Operações compromissadas	-	22.286
Títulos Públicos	-	29.118
Fundo de renda fixa	559	38.305
Letra Financeira (LFT)	256	71.360
Letra Financeira (LF)	5	67
Letra Financeira (LTN)	-	1.129
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	-	2.613
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	414	-
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante ⁽³⁾	29.790	197.384

(1) Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 133,9% a 138,1% (111,5% a 114,3% em 2019) e média ponderada 138,0% (114,2% em 2019) do CDI.

(2) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em Compromissadas, títulos públicos, CDB, CCB, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas (105,2% em 2019) do CDI Fundo FI Energisa e 63,5% (115,7% em 2019) do CDI Fundo Zona da Mata.

(3) Inclui R\$29.790 (R\$27.640 em 2019) referente a recursos vinculados, conforme segue:

	2020	2019
Depósito judicial credores	1.633	803
Programa Luz Para Todos	26.777	25.988
Conselho Consumidor	505	-
Outros	875	849
Total	29.790	27.640

6. Consumidores e concessionárias

Englobam principalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer			Saldos vencidos			PPECLD (3)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2020	2019
Valores correntes									
Residencial	51.572	-	64.084	14.093	28.048	48.810	(90.951)	115.656	89.651
Industrial	18.539	-	3.483	1.876	3.078	20.444	(22.958)	24.462	21.529
Comercial	33.624	-	13.747	3.577	6.926	19.681	(26.607)	50.948	49.310
Rural	9.896	-	11.257	3.015	4.208	6.449	(9.924)	24.901	19.227
Poder público	10.001	-	795	73	185	876	(876)	11.054	13.471
Iluminação pública	8.949	-	39	-	-	3.004	(3.004)	8.988	7.915
Serviço público	2.754	-	4.879	4.267	8.725	31.408	(49.037)	2.996	1.476
Serviço taxado	4.112	-	-	-	-	-	-	4.112	3.264
Fornecimento não faturado	89.331	-	-	-	-	-	-	89.331	28.744
Fornecimento Liminar	1.598	-	-	-	-	-	-	1.598	-
Arrecadação Processo Classificação	(20.019)	-	-	-	-	-	-	(20.019)	(31.949)
Valores renegociados:									
Residencial	9.886	27.052	4.658	2.316	2.734	4.828	(19.825)	31.649	46.066
Industrial	2.295	5.619	883	194	514	1.856	(3.376)	7.985	2.566
Comercial	4.435	19.188	2.283	524	778	1.888	(5.846)	23.250	20.361
Rural	1.360	6.028	552	322	415	417	(2.674)	6.420	5.114
Poder público	8.758	7.695	2.945	3	6	18	(26)	19.399	17.760
Iluminação pública	1.171	10.894	-	-	-	35	(35)	12.065	11.123
Serviço público	207	1.694	104	-	-	-	-	2.005	69
(-) Ajuste valor Presente ⁽¹⁾	(88)	(2.463)	-	-	-	-	-	(2.551)	(9.981)
Subtotal -clientes	238.381	75.707	109.709	30.260	55.617	139.714	(235.139)	414.249	295.716
Suprimento Energia - Moeda Nacional ⁽²⁾	58.637	-	-	-	-	-	-	58.637	124.683
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	4.484
Outros ⁽³⁾	52.155	-	-	-	-	211.021	(2.159)	261.017	239.019
Total	349.173	75.707	109.709	30.260	55.617	350.735	(237.298)	733.903	663.902

Circulante	462.267	447.497
Não Circulante	271.636	216.405

(1) **Ajuste a valor presente:** calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 1,90% a.a. Em 2019 os valores eram registrados pelo montante apropriado de juros a transcorrer incluídos nas parcelas;

(2) Suprimento energia - inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição do saldo da CCEE	2020	2019
Créditos a vencer	58.637	124.683
Subtotal créditos CCEE	58.637	124.683
(-) Aquisições de energia na CCEE	(65.162)	(121.001)
Total débitos CCEE	(6.525)	3.682

(3) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa-PPECLD – a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração

Na constituição de perdas esperadas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que neste momento estão agravadas pelo cenário da pandemia do Covid-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a provisão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias voltarão a ter a possibilidade de suspensão da energia, muito embora o Governo Federal tenha postergado a suspensão da medida até 31 de dezembro de 2020. Outro fator atenuante são as medidas de auxílio as concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo das perdas esperadas.

Segue movimentação das provisões:

Movimentação das provisões	2020	2019
Saldo – inicial – circulante – não circulante 2019 e 2018	174.061	143.462
Provisões constituídas no exercício	71.837	40.384
Recuperação/ (baixas) de contas de energia elétrica - incobráveis	22.783	(9.785)
Saldo – final – circulante – não circulante 2020 e 2019	268.681	174.061
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	237.298	142.213
Outros créditos (Nota Explicativa nº 11)	31.383	31.848

(*) Do total de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no exercício findo em 31 de dezembro 2020 de R\$71.837(R\$40.384 em 2019), inclui R\$51.581 decorrente do aumento de inadimplência identificado pelo impacto da COVID-19.

(4) **Outros** - Incluem serviços taxados, tributos a receber de clientes e outros valores a receber dos consumidores e créditos de suprimento.

7. Tributos a recuperar

	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	68.325	40.709
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	-	2.646
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	516	48.359
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	271	16.404
Contribuições ao PIS e a COFINS	43.196	41.109
Outros	5	-
Total	112.313	149.227
Circulante	72.712	124.013
Não circulante	39.601	25.214

8. Reajuste, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios

8.1 Reajuste tarifário:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória n.º 2.648 de 10 de dezembro de 2019, aprovou o reajuste tarifário da Companhia em vigor desde 12 de dezembro de 2019, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 0,11%.

8.2 Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No Edital do Leilão 02/2018 foi previsto a Revisão Tarifária Extraordinária para a Companhia, o que foi tempestivamente solicitado. Entretanto, tal pedido foi negado pela Agência Reguladora, sendo homologado apenas o Reajuste Tarifário Anual. A administração da Companhia protocolou pleito com objetivo de reverter a posição da Aneel.

Em 08 de dezembro de 2020, a ANEEL aprovou por meio da Resolução 2.820, a revisão extraordinária contratual da Companhia, conforme estabelecido no Contrato de Concessão 03/2018. O efeito médio aos consumidores foi de -11,29%, passando a vigorar a partir do dia 13 de dezembro de 2020, afetando então os ativos e passivos financeiros setoriais da Companhia.

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

8.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$ 1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$ 4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$ 6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima.

Em função da pandemia da COVID-19, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 26 de maio de 2020 em Reunião Pública da Diretoria, divulgou medida emergencial para aliviar a conta de energia elétrica dos consumidores e auxiliar o setor elétrico em meio ao cenário atual, decidindo manter a bandeira verde acionada até 31 de dezembro de 2020. Contudo, em reunião extraordinária ocorrida em 30 de novembro de 2020, a ANEEL decidiu reativar o sistema de bandeiras para o mês de dezembro de 2020 em razão da queda no nível dos reservatórios das hidrelétricas associado a retomada do consumo de energia.

Em 2020 e 2019 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2020	2019
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Amarela
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Amarela
Agosto	Verde	Vermelha Patamar I
Setembro	Verde	Vermelha Patamar I
Outubro	Verde	Amarela
Novembro	Verde	Vermelha Patamar I
Dezembro	Vermelha Patamar II	Amarela

8.4 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se o prejuízo da Companhia. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

O grupo Energisa enviou seus melhores esforços utilizando-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores para se manter dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%) durante o exercício.

Para o exercício de 2020, também em função da pandemia, a Companhia apresentou um excedente ao limite regulatório (100% e 105%), porém sem expectativa de prejuízo. No intuito de minimizar os impactos de sobrecontratação a Companhia vem realizando seus melhores esforços na utilização dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSDs) de Energia Existente e de Energia Nova, Mecanismos de Venda de Excedente (MVEs), bem como a realização de acordos bilaterais com geradores.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais (CVA)

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela Aneel, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 2019	Resultado operacional		Adesão conta Covid (8)	Resultado financeiro Remuneração	Transferência	Saldo em 2020	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização								
Itens da Parcela A (1)											
Energia Elétrica comprada para revenda	41.731	(66.264)	(26.078)	(47.998)	1.118	97.964	473	-	473	-	473
Programa de Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	4.635	-	(3.664)	55	(8)	1.489	2.507	-	2.507	2.507	-
Encargos de Serviço de Sistema – ESS (6)	-	3.404	3.722	9.017	99	(15.433)	809	-	809	-	809
Transporte de Energia Elétrica – Rede Básica	11.309	20.635	(4.508)	(20.910)	110	5.136	11.772	11.772	-	11.772	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	80	20.383	(835)	7.713	183	6.634	34.158	34.158	-	34.158	-
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (2)	-	9.568	-	(10.787)	(114)	1.333	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia (3)	-	-	-	(10.849)	(54)	10.903	-	-	-	-	-
Exposição de submercados (4)	44.346	13.974	(35.050)	(29.801)	(120)	6.651	-	-	-	-	-
Garantias	150	184	(125)	-	3	-	212	178	34	180	32
Saldo a compensar (5)	-	352	-	-	-	(352)	-	-	-	-	-
RGR designados (9)	535.824	-	-	-	23.589	-	559.413	-	559.413	-	559.413
Outros itens financeiros (10)	190.177	-	(183.712)	(97.848)	(1.072)	92.455	-	-	-	-	-
Total de ativos	828.252	2.236	(250.250)	(201.408)	23.734	206.780	609.344	46.108	563.236	48.617	560.727

Passivo Financeiro Setorial	Saldo em 2019	Receita Operacional		Adesão conta Covid (8)	Resultado financeiro Remuneração	Transferência	Saldo em 2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização								
Itens da Parcela A (1)											
Energia Elétrica comprada para revenda	-	14.881	2.076	-	172	97.964	115.093	115.093	-	115.093	-
Programa de Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	-	5.084	706	-	67	1.489	7.346	7.346	-	7.346	-
Transporte de Energia Elétrica – Rede Básica	-	-	1.989	-	-	5.136	7.125	-	7.125	7.125	-
Encargos de Serviço de Sistema – ESS (6)	29.120	23.880	(19.090)	-	564	(15.433)	19.041	19.041	-	19.041	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12.582	(11.993)	-	-	97	6.634	7.320	-	7.320	7.320	-
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (2)	8.139	13.295	(4.935)	-	20	1.333	17.852	9.317	8.535	17.852	-
Sobrecontratação de energia (3)	122.593	46.212	(112.265)	-	501	10.903	67.944	33.799	34.145	44.897	23.047
Devoluções tarifárias (7)	8.942	7.908	(8.684)	-	246	-	8.412	7.731	681	7.766	646
Exposição de submercados (4)	17	27	9.826	-	-	6.651	16.521	15.236	1.285	16.521	-
Saldo a Compensar (5)	6.780	2.686	(6.415)	-	(2)	(352)	2.697	2.672	25	2.674	23
Outros itens financeiros (10)	-	-	5.594	-	(290)	164.436	169.740	16.173	153.567	169.740	-
Antecipação da parcela B	-	-	-	71.411	570	(71.981)	-	-	-	-	-
Total de passivos	188.173	101.980	(131.198)	71.411	1.945	206.780	439.091	226.408	212.683	415.375	23.716
Saldo líquido	640.079	(99.744)	(119.052)	(272.819)	21.789	-	170.253	(180.300)	350.553	(366.758)	537.011

1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

2) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

3) **Repasso de sobrecontratação / exposição involuntária de energia:** a Companhia deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

4) **Exposição de submercados:** representa o resultado financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em função das transferências de energia entre submercados.

5) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior** - conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

6) **Encargo de Serviço do Sistema – ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional – SIN. Inclui-se 16.416 constituídos no segundo semestre referente ao recebimento CCEE de alívio de caixa devido a pandemia do Covid-19.

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

- 7) **Devoluções tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- 8) **Adesão à CONTA-COVID-19** - A Companhia protocolou em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-COVID no valor de R\$ 280.799, destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais, dos quais foram disponibilizados conforme despachos ANEEL abaixo:

Despachos	Data entrada de recurso	Valor
Despacho ANEEL nº 2.177 de 24 de julho de 2020	31 de julho de 2020	201.402
Despacho ANEEL nº 2.353 de 11 de agosto de 2020	12 de agosto de 2020	8.011
Despacho ANEEL nº 2.640 de 11 de setembro de 2020	14 de setembro de 2020	19.902
Despacho ANEEL nº 2.914 de 09 de outubro de 2020	13 de outubro de 2020	13.384
Despacho ANEEL nº 3.197, de 11 de novembro de 2020	12 de novembro de 2020	2.801
Despacho ANEEL nº 3.490, de 10 de dezembro de 2020	14 de dezembro de 2020	27.319
Total recebido (*)		272.819

(*) Por meio do Despacho ANEEL nº 46 de 11 de janeiro de 2021, a Aneel fixou os valores dos recursos da CONTA COVID e repassou a Companhia, em 12 de janeiro de 2021, o valor de R\$7.980.

A criação da CONTA-COVID foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B.

O principal objetivo da instituição da CONTA-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente.

O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à CONTA-COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A adicionadas das postergações, até 30 de junho, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados.

De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA-COVID. Conforme art. 8 da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias.

Os valores da CONTA-COVID serão incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

- 9) **RGR Designadas** - em julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Eletrobrás, deliberou pela não prorrogação das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica da Companhia. Diante disso, o Ministério de Minas e Energia MME publicou a Portaria nº 388/2016, que definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público Temporário e designou a Companhia como prestadora temporária de serviço público de distribuição, fazendo jus aos recursos da RGR para operar, corrigidos pela taxa de 111% da SELIC. Em mediações as tratativas do processo de leilão das distribuidoras da Eletrobrás, foi deliberado, por parte da ANEEL que o novo concessionário terá o direito de receber via tarifa os recursos de RGR supracitados. Mediante a aquisição, por parte da Energisa, e renovação do contrato de concessão 002/2018, assinado em 30 de outubro de 2018, onde prevê que os recursos de RGR, no montante de R\$481.131, serão recuperados entre o mês subsequente ao mês da primeira revisão tarifária ordinária e o prazo final do contrato de concessão, deduzido da oferta de 21% de deságio deliberado no edital do leilão e correspondente ao montante de desconto tarifário de R\$101.038.

- 10) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

10. Direitos e obrigações de ressarcimento

	2020	2019
Direitos de ressarcimento		
CCC Custo Total de Geração ⁽¹⁾	145.758	71.049
Tributos reembolsáveis Res.597/ 13	65	65
Subvenção CDE- Desconto tarifário ⁽²⁾	22.560	4.312
Subvenção - baixa renda ⁽³⁾	7.850	3.200
	176.233	78.626
Circulante	176.233	38.138
Não circulante	-	40.488
Obrigações de ressarcimento		
Obrigações - CCC ⁽⁴⁾	6.437	146.241
Circulante	6.437	13.203
Não Circulante	-	133.038

- 1) **CCC Custo Total de Geração** - trata-se de direitos de ressarcimento correspondentes ao custo de geração total, cujos gastos totais ultrapassaram o valor do ACRmed (custo coberto pelos consumidores da concessão). Os valores estabelecidos para o ano de 2020 foi de R\$ 306,55/MWh e em 2019 correspondia a R\$291,12/ MWh. A metodologia de apuração é estabelecida pela Lei nº 12.111/2017 regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução nº 427/2011. No exercício de 2020, após a finalização da primeira etapa da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, em que foram ajustados os direitos e obrigações de ressarcimento junto ao fundo setorial - CCC até abril de 2017, a Companhia realizou a baixa de R\$40.488 em contrapartida à obrigações de ressarcimento no passivo não circulante.

- 2) **Subvenção CDE- Desconto tarifário** - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.

Saldo inicial – circulante – 2019 e 2018	4.312	21.508
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	68.499	77.481
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(50.251)	(94.677)
Saldo final – circulante – 2020 e 2019	22.560	4.312

- 3) **Subvenção - baixa renda - referem-se** à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto são referentes as provisões de novembro e dezembro/2020, o qual a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

	2020	2019
Saldo inicial - circulante – 2019 e 2018	3.200	3.380
Subvenção baixa renda	31.452	18.149
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(26.802)	(18.329)
Saldo final – circulante – 2020 e 2019	7.850	3.200

- 4) **Obrigações - CCC** - A Companhia possuía registrado o montante de R\$146.241 relativo aos custos de tributos e encargos incidentes na aquisição de combustível, diferenças de preço de óleo Diesel entre a nota fiscal e tabela ANP e consumo específico de óleo Diesel. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após a finalização da primeira etapa da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, em que foram ajustados os direitos e obrigações de ressarcimento junto à CCC até abril de 2017, a Companhia reverteu o montante de R\$40.488, em contrapartida ao direito de ressarcimento Reembolso CCC- Custo total de Geração, R\$46.177 como redução de outras despesas financeiras e R\$53.139, que por se tratar de valores originais, foram levados à créditos da rubrica de custos e despesas operacionais-Energia elétrica comprada para revenda no resultado do exercício. Com relação ao consumo específico de óleo Diesel, em face ainda não ter sido finalizada a segunda etapa da fiscalização da ANEEL foi mantido o montante de R\$6.437 (R\$6.437 em 2019), no passivo não circulante.

11. Outros créditos

	2020	2019
Adiantamentos diversos a empregados ⁽¹⁾	2.567	2.997
Dispêndios a reembolsar e alienações em curso ⁽²⁾	1.553	1.132
Uso mútuo de postes ⁽³⁾	3.573	3.573
Bens transferidos a Amazonas Energia ⁽⁴⁾	1.387	1.282
Ordens de serviço em curso ⁽⁵⁾	5.009	4.819
Ordens de serviço em curso – PEE e P&D ⁽⁶⁾	16.851	17.784
Direitos com fornecedores e prestadores de serviços ⁽⁷⁾	11.054	9.825
Indenização à Concessão AIC ⁽⁸⁾	240.908	-
Indenização à Concessão – Sobras Físicas ⁽⁹⁾	54.349	-
Outros ativos ⁽¹⁰⁾	12.004	18.512
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa ⁽¹¹⁾	(31.383)	(31.848)
Total	317.872	28.076
Circulante	129.607	27.539
Não circulante	188.265	537

- (1) **Adiantamentos diversos a empregados** – referem-se aos adiantamentos feitos a empregados com objetivo de custear pequenas despesas, tratamento de saúde fora do domicílio-TFD e de viagem, estes a serem realizados no curto prazo e ainda adiantamento de 13º a ser realizado no decorrer dos períodos subsequentes.
- (2) **Dispêndios a reembolsar em curso** - referem-se aos gastos efetuados pela Companhia, passíveis de reembolso por outras empresas do grupo Eletrobrás, incluindo: cessão de empregados, reciprocidade de convênios médicos, e rateio de contratos compartilhados com outras empresas do grupo.
- (3) **Uso mútuo de postes** - são classificados nesta rubrica os créditos referentes a outras receitas auferidas pela Companhia, provenientes de arrendamentos e empréstimos de bens, tais como uso compartilhado de postes por empresas prestadoras de serviços de telecomunicações (telefonia fixa, TV a cabo, operadoras de telecomunicações).
- (4) **Bens transferidos a Amazonas Energia** - a Companhia desativou o parque térmico das localidades de Vilhena e Colorado do Oeste em novembro/2008, após a interligação do município de Vilhena ao sistema hidrotérmico da Eletronorte. Os grupos geradores estavam em condições de operação, sendo transferidos à Amazonas Energia S.A, os valores estão integralmente provisionados.
- (5) **Ordens de Serviços em curso** – refere-se aos custos de serviços com projetos, cujos principais valores estão ligados os projetos Energia + e implantação do manual de controle patrimonial. Os valores estão provisionados por estarem constituídos a mais de 360 dias.
- (6) **Ordens de serviço em curso – PEE e P&D** – São projetos em andamento dos programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvidos.
- (7) **Direitos com fornecedores e prestadores de serviços** - neste grupo estão classificados os valores retidos junto a fornecedores e prestadores de serviços, ou valores pagos em ações trabalhistas em que a Companhia foi solidária no pagamento, cuja realização ou baixa dar-se-á na medida em que os processos forem sendo solucionados ou pela glosa em pagamentos efetuados aos mesmos. Quer seja na esfera administrativa ou judicial.
- (8) **Indenização à Concessão - Ativo Imobilizado em Curso** – refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, conforme Nota Técnica N°219/2020-SFF/ANEEL, que aprovou a Recomposição Tarifária Extraordinária da Companhia, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 13 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, foi reconhecido no ativo não circulante de indenização a concessão no montante de R\$240.908 em contrapartida da rubrica de Obrigações Especiais vinculadas a concessão – pendente de recebimento no valor de R\$232.497 e de R\$8.412 referente a atualização monetária contabilizado em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. Os recebimentos dos valores se darão em até 36 parcelas mensais partir do mês de dezembro de 2021, atualizadas pelo IPCA, ou índice que venha a substituí-lo, até a data do próximo reposicionamento tarifário, que ocorrerá em dezembro de 2021, após esta data será aplicado a variação da taxa Selic.

- (9) **Indenização à Concessão – Sobras Físicas** – refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizado pela Portaria nº 438, de 07 de dezembro de 2020, do Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica classificados como sobras físicas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, conforme Nota Técnica N°219/2020-SFF/ANEEL, que aprovou a Recomposição Tarifária Extraordinária da Companhia, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 54.349 na conta de indenização a concessão no ativo circulante e não circulante em contrapartida da rubrica de outras receitas operacionais no valor de R\$ 53.817 e R\$532 referente a atualização monetária em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. Os recebimentos dos valores se darão em até 36 parcelas mensais a serem iniciadas a partir de março de 2021, atualizadas pela taxa Selic.
- (10) **Outros ativos circulantes** - os gastos com desativação de ativos são lançados nesta rubrica e serão realizados após conclusão do processo de alienação. Assim como os adiantamentos efetuados a fornecedores. Também inclui o crédito de precatório com prefeituras totalmente provisionados.
- (11) (-) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa inclui R\$12.780 provisão títulos de créditos a receber, correspondente a precatório e R\$18.604 referente a outros ativos.

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (95,52% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias: - Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A (EPB);

- Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Serviços Aéreos S/A;
- Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda;
- Energisa Soluções S/A (ESO);
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;
- Energisa Geração Usina Maurício S/A;
- Parque Eólico Sobradinho Ltda
- Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e,
- Voltz Capital S/A.

A Controladora, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A, Denerge - Desenvolvimento Energético S/A (Denerge) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), Rede Energia S/A e Alsol Energias Renováveis S.A. (Alsol), possui o controle indireto das Companhias:

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:

- Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;e,
- Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (nova denominação da Energisa Transmissora de Energia I).

Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:

- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Sul Sudeste – Distribuição de Energia S/A (ESS);
- Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER);
- Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE);
- QMRA Participações S/A;

Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A:

- Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda (Laralsol).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas) (1)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Custo/ Receita)	Débito com partes relacionadas (4 e 5)	Comissão e debêntures – outras despesas financeiras (2)	Despesa com partes relacionadas (4 e 5)	Saldo a pagar (fornecedores)	Saldo a pagar debêntures – outras contas a pagar (2)	Saldo a pagar – Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição
Energisa S/ A	(23.652)	-	(539.968)	(33.119)	(19.655)	(1.751)	(443.324)	-
Multi Energisa S/ A	(3.780)	-	-	-	-	(854)	-	-
Energisa Soluções Construções em Linhas e Redes S/ A	(14.515)	-	-	-	-	(2.583)	-	-
Energisa Soluções S/ A	(2.258)	-	-	-	-	(540)	-	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/ A (3)	-	1.679	-	-	-	-	-	-
Rede Energia S/ A	-	-	-	-	(17.977)	-	-	-
Energisa Goias Transmissora de Energia I S/ A (6)	-	(111)	-	-	-	-	-	(9)
Energisa Participações Minoritárias S/ A	-	-	(302.337)	-	(3.211)	-	-	-
2020	(44.205)	1.568	(842.305)	(33.119)	(40.843)	(5.728)	(443.324)	(9)
2019	(25.851)	220	(702.159)	(46.825)	-	(6.410)	(339.857)	-

- (1) Os serviços contratados junto à Controladora Energisa S/A, Multi Energisa Serviços S/A, Energisa Soluções S/A e Energisa Soluções Construções S/A referem-se a serviços administrativos, serviços de call center e serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos, respectivamente, por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL.
- (2) Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 2,5 a.a.
- (3) A Companhia efetuou a 2ª e 3ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 20. Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado é de R\$443.324 (R\$339.857 em 31 de dezembro 2019).
- (4) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado. Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados pela controladora. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela ANEEL e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL.
- (5) Os mútuos possuem prazo de 36 meses, nos termos de contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média CDI+ 0,4084% a.a. (CDI + 0,6051% a.a. em 2019).

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

(6) Os mútuos possuem prazo de 47 meses, nos termos de contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média CDI+ 2,5% a.a.

(7) Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A - refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

Remuneração dos administradores

	2020	2019
Remuneração Anual (1)	5.509	5.883
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	384	273
Remuneração da Diretoria	1.401	3.348
Outros benefícios (2)	1.057	632

(1) Refere-se ao limite anual de remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2020, cuja aprovação ocorreu na AGE de 29.04.2020.

(2) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência, plano de saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros relativas ao mês de dezembro, foram de R\$65 e R\$2 (R\$65 e R\$2 em 2019), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2020 foi de R\$14 (R\$15 em 2019).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas-chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total *Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 10.054 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 10.843 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 30 de setembro de 2020.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (Units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	7.927	9.843
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco (1)	8,2%	7,7%
Volatilidade (2)	29,29%	25,06%
Valor justo na data da outorga	R\$ 44,25	R\$54,97

1) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2022).

2) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total *Shareholder Return* – TSR -) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido às características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram contabilizados R\$447 (R\$160 em 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula, em 31 de dezembro de 2020, R\$607 (R\$160 em 2019).

13. Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2020	2019
Passivo – Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	11.701	254
Contribuição social	4.212	92
Total – não circulante	15.913	346

	2020		2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Passivo				
Ganhos pelo Valor de Indenização	(43.932)	(14.937)	-	-
Parcela do VNR – ativo financeiro indenizável da concessão	(2.871)	(976)	(1.016)	(346)
Total – passivo não circulante	(46.803)	(15.913)	(1.016)	(346)

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

Despesa de IRPJ/ CSLL	2020	2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(128.250)	(515.669)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculadas às alíquotas fiscais combinadas	43.605	175.327
Ajustes:		
Despesas Indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(1.884)	-
Créditos tributários de IR e CS não constituídos	(57.288)	(175.673)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(15.567)	(346)
Alíquota efetiva	12,14%	0,07%

14. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais como Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$2.649 (R\$1.452 em 2019). Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2020	2019
Ativo financeiro valor justo - 2019 e 2018	29.027	15.420
Adições no exercício ⁽¹⁾	5.275	12.179
Baixas no exercício	(5.405)	(24)
Receita operacional – ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	2.649	1.452
Ativo financeiro valor justo - 2020 e 2019	31.546	29.027

1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção;

2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

15. Ativo contratual – infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldo 2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldo 2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	597.954	597.596	(343.507)	(5.275)	846.768
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	37.610	292.852	(34.781)	-	295.681
Total	560.344	304.744	(308.726)	(5.275)	551.087
	Saldo 2018	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldo 2019
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	562.015	611.564	(563.446)	(12.179)	597.954
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	73.263	153.276	(188.929)	-	37.610
Total	488.752	458.288	(374.517)	(12.179)	560.344

(1) Do montante de R\$308.726 (R\$374.517 em 31 de dezembro de 2019) R\$303.615 foram transferidos para o Intangível – contrato de concessão, R\$3.104 para o imobilizado e R\$2.007 para o intangível - softwares.

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

(2) As baixas no montante de R\$5.275 (R\$12.179 em 31 de dezembro de 2019) referem-se às transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

16. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação	Saldo 2019	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 2020
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Máquinas e Equipamentos	15,98%	19.997	-	3.452	(178)	-	23.271
Veículos	14,29%	564	-	(183)	-	-	381
Móveis e utensílios	6,25%	3.658	-	2.071	(58)	-	5.671
Total do imobilizado em serviço		24.219	-	5.340	(236)	-	29.323
Depreciação acumulada							
Máquinas e Equipamentos		(14.883)	-	(55)	55	(1.183)	(16.066)
Veículos		(40)	-	44	-	(63)	(59)
Móveis e utensílios		(2.728)	-	11	25	(135)	(2.827)
Total Depreciação acumulada		(17.651)	-	-	80	(1.381)	(18.952)
Subtotal Imobilizado		6.568	-	5.340	(156)	(1.381)	10.371
Imobilizado em curso		10.541	1.871	(2.236)	-	-	10.176
Total		17.109	1.871	3.104	(156)	(1.381)	20.547

	Taxa Média de Depreciação	Saldo 2018	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 2019
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	3,33%	5.337	-	(5.337)	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	16,08%	28.553	-	(8.556)	-	-	19.997
Veículos	14,29%	5.508	-	(4.944)	-	-	564
Móveis e utensílios	6,25%	3.667	-	(9)	-	-	3.658
Total do imobilizado em serviço		43.065	-	(18.846)	-	-	24.219
Depreciação acumulada							
Reservatório, Barragens e Adutoras		-	-	7	2	(9)	-
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias		(1.925)	-	2.006	10	(91)	-
Máquinas e Equipamentos		(23.260)	-	23.935	78	(15.636)	(14.883)
Veículos		(5.044)	-	5.045	-	(41)	(40)
Móveis e utensílios		(2.770)	-	180	1	(139)	(2.728)
Total Depreciação acumulada		(32.999)	-	31.173	91	(15.916)	(17.651)
Subtotal Imobilizado		10.066	-	12.327	91	(15.916)	6.568
Imobilizado em curso		-	10.437	104	-	-	10.541
Total		10.066	10.437	12.431	91	(15.916)	17.109

17. Intangível

	2020	2019
Intangível – contrato de concessão	1.227.920	1.041.298
Intangível – direito de uso	3.059	7.790
Intangível – software e outros	41.675	6.363
Total	1.272.654	1.055.451

17.1 Intangível – contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	Saldo 2019	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldo 2020
Intangível Em Serviço						
Custo						
Amortização Acumulada	4,07%	2.392.164	337.020	(165.902)	-	2.563.282
Subtotal		1.577.780	337.387	(18.953)	(128.065)	1.768.149
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	3,87%	691.975	34.781	-	-	726.756
Amortização Acumulada		(155.493)	-	-	(31.034)	(186.527)

Subtotal	536.482	34.781	-	(31.034)	540.229
Total	1.041.298	302.606	(18.953)	(97.031)	1.227.920

- (1) Do montante de R\$302.606, (R\$1.009) refere-se às reclassificações para o intangível – software, e R\$303.615 são transferências originadas do ativo contratual-infraestrutura em construção;
 (2) As baixas no montante de R\$18.953, referem-se às baixas realizadas no período, contabilizadas nas Ordens de Desativação – ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. Inclui as baixas de sobras contábeis (vide nota explicativa nº 29)
 (3) Não inclui R\$3.447 referente à amortização das incorporações de rede.

	Taxa Média de Amortização	Saldo 2018	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização	Saldo 2019
Intangível Em Serviço							
Custo	4,10%	1.843.494	-	554.769	(6.099)	-	2.392.164
Amortização Acumulada		(633.350)	-	(85.782)	819	(96.071)	(814.384)
Subtotal		1.210.144	-	468.987	(5.280)	(96.071)	1.577.780
(-) Obrigações vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	3,87%	564.372	-	127.603	-	-	691.975
Amortização Acumulada		(112.116)	(16.799)	-	-	(26.578)	(155.493)
Subtotal		452.256	(16.799)	127.603	-	(26.578)	536.482
Total		757.888	16.799	341.384	(5.280)	(69.493)	1.041.298

- (1) Transferências originadas do ativo contratual-infraestrutura em construção;
 (2) As baixas no montante de R\$5.280, referem-se às baixas realizadas no período, contabilizadas nas Ordens de Desativação – ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.
 A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,07% (4,10% em 2019).

Obrigações vinculadas a concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

	2020	2019
Contribuições do consumidor (1)	664.414	371.562
Participação da União – recursos CDE (2)	305.016	305.016
Participação do Governo do Estado (2)	27.984	27.984
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	25.023	25.023
(-) Amortização acumulada	(186.527)	(155.493)
Total	835.910	574.092
Alocação:		
Infraestrutura – Intangível em serviço	540.229	536.482
Infraestrutura - ativo contratual	295.681	37.610
Total	835.910	574.092

- (1) Contribuições do consumidor - representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
 (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE) e a participação do Governo do Estado estão destinadas ao programa Luz para Todos.

17.2 Intangível – Direito de Uso

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldo 2019	Baixas	Amortização	Saldo 2020
Direito de Uso – Imóveis					
Custo	17,6%	9.274	(4.863)	-	4.411
Amortização Acumulada		(1.484)	-	132	(1.352)
Total		7.790	(4.863)	132	3.059
Direito de Uso – Imóveis					
Custo	27,7%	-	1.318	7.956	- 9.274
Amortização Acumulada		-	-	(1.484)	(1.484)

Total	-	1.318	7.956	(1.484)	7.790
-------	---	-------	-------	---------	-------

17.3 Intangível – Software

	Taxa média de Amortização	Saldos 2019	Adição	Transferência	Baixas	Amortização	Saldos 2020
Intangível – software							
Custo	20,00%	16.415	-		25.764	(707)	41.472
Amortização Acumulada		(10.052)	-		(367)	141	(11.942)
Em curso		-	34.526		(22.381)	-	12.145
Total		6.363	34.526		3.016	(566)	41.675

	Taxa média de Amortização	Saldos 2018	Transferência	Amortização	Saldos 2019
Intangível – software					
Custo	20,00%		(10.418)	26.833	16.415
Amortização Acumulada			(2.470)	(6.132)	(10.052)
Total			(12.888)	20.701	6.363

18. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores de Energia Elétrica ⁽¹⁾	182.852	168.993
Encargos de uso da rede elétrica	8.623	4.411
CCEE ⁽²⁾	65.162	121.001
Materiais, Serviços e outros ⁽³⁾	48.545	85.304
Total	305.182	379.709
Circulante	303.809	379.709
Não circulante	1.373	-

(1) Fornecedores de energia elétrica: refere-se à aquisição de energia elétrica por contratos Bilaterais e de Leilões, cujo prazo médio de liquidação é de 15 dias.

(2) CCEE: em 2020 a conta CCEE aumentou principalmente pela alta do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), próximo ao teto em novembro/20, altamente influenciada pela deterioração das condições hidrológicas e aumento do consumo de energia. O PLD além de precificar as operações de compra e venda de energia no MCP, valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. Além disso, novembro/20 apresentou elevada diferença de PLDs entre os submercados, impactando o aumento da despesa no MCP pela compra de energia a preços maiores no MCP para as distribuidoras dos submercados Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Sul.

(3) Materiais, serviços e outros: refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição - de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

19. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo						
Moeda Nacional						
Pré Fixado	649.693	-	-	32.287	-	681.980
CDI	50.048	-	(1.990)	1.853	-	49.911
Total do custo	699.741	-	(1.990)	34.140	-	731.891
Mensuradas ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	49.582	205.000	(4.446)	35.705	-	285.841
Marcação a mercado	(155)	-	-	-	3.069	2.914
Total ao valor justo	49.427	205.000	(4.446)	35.705	3.069	288.755
Total	749.168	205.000	(6.436)	69.845	3.069	1.020.646
Circulante	152					7.249
Não circulante	749.016					1.013.397

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo							
Moeda Nacional							
Pré Fixado	670.895	-	(50.143)	(780)	29.721	-	649.693
Selic	2.853	-	-	(2.628)	(225)	-	-
CDI	297.821	49.900	(294.148)	(7.370)	3.845	-	50.048
Total do custo	971.569	49.900	(344.291)	(10.778)	33.341	-	699.741
Mensuradas ao valor justo							
Moeda Estrangeira							
Dólar	-	50.000	-	-	(418)	-	49.582
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	(155)	(155)
Total ao valor justo	-	50.000	-	-	(418)	(155)	49.427
Total	971.569	99.900	(344.291)	(10.778)	32.923	(155)	749.168
Circulante	106.173						152
Não circulante	865.396						749.016

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)(1)	Garantias (*)
	2020	2019					
CCEE - Eletrobrás	681.980	649.693	5,00% a.a	out/ 48	Mensal a partir de 2024	5,00%	R
FRN 4131614 (2)	49.911	50.048	CDI + 0,90% a.a.	nov/ 24	Semestral a partir de dez/ 21	3,67%	A
Total em Moeda Nacional	731.891	699.741					
Scotiabank Loan (2 e 3)	63.925	49.582	2,1964% a.a.	dez/ 22	Final	31,13%	A
Citibank Loan 56545 (2 e 3)	71.172	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/ 23	Final	29,81%	A
Citibank Loan 56737 (2 e 3)	150.744	-	Libor + 0,74% a.a.	mar/ 23	Final	29,95%	A
Marcação à Mercado de Dívida (4)	2.914	(155)					
Total em Moeda Estrangeira	288.755	49.427					
Total ERO	1.020.646	749.168					

(*) A= Aval Energisa, R=Recebíveis.

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas em 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 33 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

(2) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25x até dez/ 20; 4,0x de março/21 até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 33 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

(3) Os contratos de financiamentos possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(4) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 33 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/ indicadores	2020	2019
US\$ x R\$	28,93%	4,02%
CDI	2,77%	5,96%
IPCA	4,52%	4,31%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

2020

2022
2023

80.002
237.157

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

2024	14.257
2025	27.462
Após 2025	654.519
Total	1.013.397

20. Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo de debêntures e demais componentes a elas relacionados, são:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo – pós fixado								
CDI	1.559.152	100.000	(43.054)	(76.924)	68.676	-	-	1.607.850
IPCA	339.857	85.000	-	(14.652)	33.119	-	-	443.324
Gastos com captação	(8.821)	-	-	-	1.996	(3.213)	-	(10.038)
Marcação a mercado	34.197	-	-	-	-	-	8.003	42.200
Total do custo	1.924.385	185.000	(43.054)	(91.576)	103.791	(3.213)	8.003	2.083.336
Circulante	60.625							527.497
Não circulante	1.863.760							1.555.839

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo – pós fixado							
CDI	1.558.220	-	(116.523)	117.455	-	-	1.559.152
IPCA	-	325.000	-	14.857	-	-	339.857
Gastos com captação	(5.100)	-	-	3.063	(6.784)	-	(8.821)
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	34.197	34.197
Total do custo	1.553.120	325.000	(116.523)	135.375	(6.784)	34.197	1.924.385
Circulante	5.559						60.625
Não circulante	1.547.561						1.863.760

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	2020	2019							
Debêntures 1ª Emissão	1.507.576	1.559.152	26/ 11/2018	155.000 / 155.000	CDI+1,65% a.a	nov / 23	Final	4,42%	A
Debêntures 2ª Emissão	356.121	339.857	14/ 04/2019	325.000 / 325.000	IPCA+4,6249% a.a	abr / 26	Final	9,14%	-
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	9.989	-	11/ 10/2020	9.740 / 9.740	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	8,75%	-
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	77.214	-	11/ 10/2020	75.260 / 75.260	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Annual após out/ 28	8,99%	-
Debêntures 4ª Emissão	100.274	-	18/ 11/2020	100.000 / 100.000	CDI+2,20% a.a	nov / 23	Final	4,97%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(10.038)	(8.821)						Taxa efetiva de juros	
Marcação à Mercado de Dívida	42.200	34.197							
Total	2.083.336	1.924.385							

(*) A= Aval Energisa.

Em 11 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a 3ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no montante de R\$85.000 sendo: R\$9.740 referente a 1ª Série com vencimento em 11/10/2027 e remuneração de IPCA mais 4,2297% ao ano; R\$75.2600 referente a 2ª Série com vencimento em 11/10/2030 e remuneração de IPCA mais 4,4744% ao ano. Os recursos serão para o financiamento do projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica, de titularidade da Companhia. A totalidade das emissões das debêntures foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A.

Em 18 de Novembro de 2020 a Companhia efetuou a sua 4ª Emissão de Debêntures em moeda corrente, no valor total de R\$100.000. Com vencimento em 18 de novembro de 2023 e remuneração de CDI mais 2,20% ao ano. Os recursos captados com a emissão foram destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia. E a operação conta com o aval da controladora Energisa S/A

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a:	Trimestral e Anual

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

4,25x até dez/ 20; 4,0x de março/21 até o vencimento

(*) Para 4ª emissão de Debêntures da Companhia, o limite é de 4,25x até o vencimento.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 33). Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	514.635
2023	571.647
Após 2025	469.557
Total	1.555.839

21. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas Demonstrações financeiras do exercício. Bem como, a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

As movimentações das obrigações por arrendamento são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldo em 2019	Amortização	Juros	Baixa	Saldo em 2020
Arrendamentos operacionais	4	8,89%	7.846	344	(116)	(4.863)	3.211
Total			7.846				3.211
Circulante			4.783				946
Não circulante			3.063				2.265

Em 31 de dezembro de 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	530
2023	317
Após 2024	1.418
Total	2.265

22. Impostos e Contribuições Sociais

Esta rubrica representa impostos diretos, indiretos e retenções na fonte.

	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	38.043	40.021
Encargos sociais	2.258	2.288
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	7.017	7.017
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	2.502	2.501
Contribuição ao PIS e a COFINS (1)	24.213	19.253
Retenções IR/ CSLL/COFINS/PIS	1.687	3.304
Imposto sobre serviços – ISS	3.998	5.114
Parcelamento de impostos (2)	38.563	-
Outras	3.379	4.683
Total	121.660	84.181
Circulante	87.806	79.450
Não circulante	33.854	4.731

(1) **Contribuição ao PIS e a COFINS** - inclui parcelamentos especial de débitos do Programa de Regularização Tributária junto a Receita Federal do Brasil, requerido em maio de 2017 em 24 parcelas mensais. O Parcelamento, no valor de R\$4.712, foi quitado em abril de 2019.

(2) A Companhia possui parcelamentos de ICMS junto a Secretaria da Fazenda Estadual de Rondônia. Os parcelamentos estaduais são corrigidos de índice próprio do Estado e possuem 50 parcelas a serem liquidadas.

2020

ICMS		
Principal		9.934
Juros		2.053
Multa		26.576
Total		38.563
Circulante		8.983
Não Circulante		29.580

Os saldos dos impostos parcelados estão assim programados:

	2020
2021	8.715
2022	8.715
Após 2023	21.133
Total	38.563

23. Encargos setoriais

23.1 Obrigações do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

Segue demonstrativo das contribuições:

	2020	2019
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	532	514
Ministério de Minas e Energia - MME	266	257
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	761	3.181
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	27.971	24.731
Programa de Eficiência Energética – PEE ⁽¹⁾	57.240	62.842
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.479	1.479
Total	88.249	93.004
Circulante	19.825	23.215
Não circulante	68.424	69.789

(1) Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais.

23.2 Incorporação de redes particulares

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadram aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

	2020	2019
Saldo inicial – 2019 e 2018	104.779	120.933
Adições	-	6.825
Atualização monetária e juros	7.940	(470)
Baixas/ reversões	(9.407)	(22.509)
Saldos finais – 2020 e 2019- Não Circulante	107.274	104.779

24 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscal e regulatória.

As provisões são reconhecidas levando em consideração a individualidade de cada processo e a classificação da perda como provável na avaliação de seus assessores internos e externos.

A contrapartida do reconhecimento da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução dos processos judiciais e administrativos ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

24.1 Perdas prováveis

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	Regulatórios	Fiscais	2020	2019
Saldo inicial – 2019 e 2018	40.014	227.215	81.535	865.425	1.214.189	1.300.580
Constituições de Provisões	33.615	109.091	-	221.967	364.673	371.341
Reversões de provisões	(15.127)	(127.352)	-	(237.524)	(380.003)	(429.588)
Pagamentos realizados	(10.400)	(18.099)	-	-	(28.499)	(61.472)

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

Atualização monetária	1.903	8.362	2.424	35.641	48.330	33.328
Saldos finais –2020 e 2019	50.005	199.217	83.959	885.509	1.218.690	1.214.189
Cauções e depósitos vinculados (*)					(4.399)	(28.486)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$441.667 (R\$253.244 em 2019). Deste total, R\$437.268 (R\$224.758 em 2019), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Trabalhistas - A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Concurso Público; (ii) Auxílio Alimentação; (iii) Indenização Acidente de Trabalho; (iv) PAI/PDV2019; (v) Reintegração; (vi) Verbas Rescisórias. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

Cíveis - Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa luz no campo/programa luz para todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) acidentes com terceiros.

Fiscais - Referem-se às discussões relacionadas a tributos da esfera estadual e municipal. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A provisão constituída pela companhia, no montante de R\$ 580.699 (R\$572.694 em 31 de dezembro de 2019), está em conformidade com os termos e condições de negociações com o Estado de Rondônia para quitação de processos relacionados ao ICMS dos períodos de janeiro de 1999 a dezembro de 2016.

Regulatórias - Refere-se a processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a procedimentos ocasionados por descumprimento às resoluções vigentes que são estabelecidas ao setor elétrico.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

24.2 Perdas possíveis:

A Companhia possui processos das naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

	Trabalhistas	Cíveis	Tributário	Regulatório	2020	2019
Saldo inicial – 2019 e 2018	61.003	796.644	707.523	3.136	1.568.306	2.404.912
Novos processos	49.254	451.378	902.376	-	1.403.008	232.243
Mudanças de Prognóstico e Valor Pedido	(32.258)	(423.621)	(675.370)	-	(1.131.249)	(689.103)
Encerramentos	(31.550)	(25.083)	(62)	-	(56.695)	(473.871)
Atualização monetária	1.933	40.165	13.902	93	56.093	94.125
Saldo Final –2020 e 2019	48.382	839.483	948.369	3.229	1.839.463	1.568.306

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas - As ações judiciais de natureza trabalhista têm como objeto o pleito de Auxílio Alimentação, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal, verbas rescisórias, bem como responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis - As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia e acidentes na rede elétrica, além de processos que discutem assuntos envolvendo incorporação de rede.

Principais processos:

. Ação de indenização 0013664-30.2015.401.4100 no montante de R\$490.404 (R\$469.326 em 2019) objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação popular 7046547-26.2019.8.22.0001 no montante de R\$374.712, movida pelos candidatos do concurso público CERON em 2016 objetivando a convocação dos aprovados para substituição dos empregados terceirizados. Houve uma discussão acerca da competência material, e a empresa não foi citada no processo anteriormente. Nesse interim ocorreu a privatização, o que levou a perda do objeto da ação, fato que foi declarado em sentença. Os autores apelaram da sentença pleiteando o pagamento dos honorários sucumbenciais pela CERON/Energisa. Com base em decisão que negou provimento ao recurso da parte adversa, afastando-se o princípio da causalidade ao caso concreto, bem como pela inexistência de vencidos ou vencedores e afastou a condenação ao ônus sucumbencial, este processo teve o prognóstico alterado de possível para remoto.

. Ação de indenização 7040117-63.2016.8.22.0001 no montante de R\$114.456 (R\$109.537 em 2019) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. objetivando a ação de cobrança pelo fornecimento de óleo diesel. A redução no valor pedido foi realizada tendo como base reavaliação de risco, que prevê apenas discussão sobre honorários de sucumbência.

. Ação Civil Pública 0011930-44.2015.401.41000 no montante de R\$53.784 (R\$51.472 em 2019) ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

. Ação Ordinária 0008746-40.2015.822.0001 no montante de R\$322(R\$50.122 em 2019), ajuizada pela empresa Eletro Cesar Geração de Energia S.A., objetivando discutir questões relacionadas à revisão do contrato de energia. Em novembro_20, baseado em sentença reformada no acórdão, este processo teve o prognóstico alterado de possível para provável.

Fiscais

Ações de natureza fiscal envolvem especialmente discussões sobre: (i) glosa de despesa relacionada às perdas não técnicas do período de 2016 e 2017; (ii) escrituração de documento fiscal SPED; (iii) multa não escrituração CIAP e (iv) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda.

Principais processos

. Auto de Infração 201922700100392, com valor envolvido de R\$ 145.276 (R\$132.210 em 31 de dezembro de 2019) onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2014.

. Auto de Infração 20192700100393, com valor envolvido de R\$ 32.348 (R\$30.732 em 31 de dezembro de 2019) onde se discute questões relacionadas a suposto erro na escrituração contábil do ano de 2014.

. Ação anulatória nº 0012763-90.2013.8.22.0001, com valor envolvido de R\$33.843 (R\$33.011 em 31 de dezembro de 2019), onde se discute a tributação pelo ICMS dos valores de decorrentes das perdas de energia no exercício de 2001.

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

. Auto de Infração 20202700100096, com valor envolvido de R\$ 154.480, recebido em novembro de 2020 onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015.

. Auto de Infração 20202700100099, com valor envolvido de R\$ 78.196, recebido em novembro de 2020 onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2016.

. Auto de Infração nº 10240-722.819/2020-12 com valor envolvido de R\$340.650 recebido em setembro_20, que reduziu o valor de prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa de CSLL, referente à glosa de despesa relacionada às perdas não técnicas do período de 2016 e 2017.

. Auto de Infração nº 10240-721.054/2020-95 com valor envolvido de R\$239.161 recebido setembro_20, referente à cobrança de supostos débitos da contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social ("COFINS") decorrentes da glosa de créditos das contribuições relacionadas às perdas não técnicas e da incidência das contribuições sobre os valores recebidos à título de reembolso da CCC (Conta de Consumo de Combustível).

25 Outros passivos

	2020	2019
Consumidores - taxas diversas (1)	23.472	37.187
Prefeituras - iluminação pública (2)	2.858	8.602
Termo de ajuste de conduta – ANEEL (3)	4.916	5.048
Previdência privada - contribuição normal (4)	3.368	4.268
Folha de Pagamento e Benefícios	18.928	15.398
Ressarcimento 50% AIC – Eletrobrás (5)	119.895	-
Outras	6.349	11.334
Total	179.786	81.837
Circulante	59.462	81.708
Não circulante	120.324	129

(1) **Consumidores taxas diversas** - essa variação refere-se a devolução aos consumidores referente a Portaria nº 024/2000 da Aneel que rege sobre o desempenho da rede básica e avaliação de continuidade de prestação de serviços de energia elétrica, tais como: DEC, FEC e Resolução nº 318/2008 que estabelece critérios e procedimentos para repasse ao consumidor residencial e rural, na forma de bônus, do saldo positivo da conta de comercialização da energia elétrica de ITAIPU, além de descontos a serem abatidos nas contas dos consumidores.

(2) **Prefeituras – Iluminação Pública** - referem-se às Contribuições para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP que são inseridas nas faturas de energia elétrica dos consumidores, e quando arrecadadas são repassadas às prefeituras.

(3) **Termo de ajuste de conduta – TAC** - o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta – TAC nº 004/2008, celebrado entre a Companhia e a ANEEL em 25 de março de 2008, relativo à violação de metas de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência de Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC constatado pela ANEEL/SFE, no período de 01/01/2006 a 20/03/2007, que implicaram na lavratura dos Termos de Notificação – TN nº 061/2044 – SFE e 034/2007-SFE.

(4) **Previdência privada – contribuição normal** – o valor apresentado refere-se aos descontos efetuados na folha de pagamento dos empregados referente a previdência privada Eletros, cujo repasse dar-se-á no mês subsequente ao desconto.

(5) **Ressarcimento Ativo Imobilizado em curso - AIC – Eletrobrás** – corresponde a obrigação de ressarcimento prevista no edital do processo de desestatização nº 2/2018-PPI/PND, cujo montante foi estabelecido em 50% do Ativo Imobilizado em Curso – AIC não depreciados, constituídos até fevereiro de 2017 e devidamente homologados na Nota Técnica nº219/2020–SFF/ANEEL. Em 31 de dezembro de 2020 A Companhia contabilizou a obrigação de ressarcimento a Eletrobrás no valor de R\$116.248 diretamente na conta de transações entre sócios no patrimônio líquido e R\$3.647 de atualização em outras despesas financeiras na demonstração de resultado, atualizados pela variação de 111% da Selic, a serem pagos em 60 parcelas mensais.

26 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

26.1 Capital Social

O capital social subscrito é de R\$3.440.347 (R\$3.440.347 em 2019) e está representado por 4.192.282.390 (4.192.282.390 em 2019) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

26.2 Reserva de Capital

	2020	2019
Transações entre sócios (Vide Nota Explicativa nº 25)	(116.248)	-
Programa de remuneração variável (ILP) (*)	607	160
Total	(115.641)	160

(*) Implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 12).

26.3 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras.

Segue movimentação nos exercícios:

	2020
Saldo inicial – 2019 e 2018	-
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	(1.771)
Saldo final – 2020 e 2019	(1.771)

27 Receita operacional

2020			2019		
Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
2018	2018	2018			

Residencial	491.801	1.441.185	1.043.868	466.685	1.291.095	987.328
Industrial	1.476	291.784	176.816	1.512	305.390	194.242
Comercial	44.063	649.370	462.655	43.803	668.489	468.058
Rural	127.692	362.934	204.502	127.697	337.056	181.935
Poder público	4.740	180.238	118.270	4.694	229.693	153.895
Iluminação pública	306	154.152	70.857	293	152.931	70.182
Serviço público	303	55.884	28.274	300	54.283	28.143
Consumo próprio	157	5.423	-	147	5.539	-
Subtotal	670.538	3.140.970	2.105.242	645.131	3.044.476	2.083.783
Suprimento de energia a concessionárias	-	408.809	113.896	-	260.600	77.568
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	(3.867)	60.710	-	16.917	(14.991)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	60	-	7.376	42	-	34.334
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	488.817	-	-	402.683
Penalidades Regulatórias	-	-	(20.826)	-	-	(25.853)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	2.649	-	-	1.452
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	3.282
(-) Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	6.553
Constituição e amortização – CVA ativa e passiva	-	-	(202.380)	-	-	(280.424)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	99.951	-	-	95.629
Outras receitas operacionais	-	-	57.994	-	-	69.387
Total – receita operacional bruta	670.598	3.545.912	2.713.429	645.173	3.321.993	2.453.403
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	392.697	-	-	396.370
PIS	-	-	36.996	-	-	34.449
COFINS	-	-	170.404	-	-	158.527
Deduções bandeiras tarifárias – CCRBT (2)	-	-	(3.469)	-	-	(17.533)
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	5.827	-	-	5.128
Encargos de consumidor - PROCEL	-	-	1.457	-	-	1.282
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	169.895	-	-	200.011
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	-	2.913	-	-	2.564
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos – FNDCT	-	-	2.913	-	-	2.749
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	1.457	-	-	1.374
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	1.541	-	-	1.611
Total – deduções da receita operacional	-	-	782.631	-	-	786.532
Total – receita operacional líquida	670.598	3.545.912	1.930.798	645.173	3.321.993	1.666.871

(1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país. Os valores constantes no quadro acima, referem-se à refaturamentos de contas que geram ajustes de valores e ou maior/menor.

As receitas auferidas pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram de R\$8.294 (R\$44.741 em 2019), tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, o montante de R\$3.469 (R\$17.533 em 2019). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$11.763 (R\$62.274 em 2019).

28 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

	Custo do serviço			Despesas operacionais Gerais e administrativas	TOTAL	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros		2020	2019
Energia elétrica comprada para revenda (*)	874.757	-	-	-	874.757	1.016.965
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	74.180	-	-	-	74.180	33.815
Pessoal e administradores	-	84.772	-	58.747	143.519	229.363
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	447	447	63
Benefícios pós emprego	-	24	-	2.283	2.307	5.139
Material	-	10.826	-	8.329	19.155	13.257
Serviços de terceiros	-	100.506	-	61.861	162.367	219.833
Amortização e depreciação	-	97.870	-	5.521	103.391	88.343
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	71.837	-	-	71.837	40.384
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais	-	-	-	(50.230)	(50.230)	(87.542)
/ Custo de construção da infraestrutura	-	-	488.817	-	488.817	402.683
Outros	-	(3.409)	8.127	35.945	40.663	47.008
Total	948.937	362.426	496.944	122.903	1.931.210	2.009.311

(*) Inclui no custo de serviço de operação R\$882.549 (R\$688.103 em 2019) referente a reembolso de geração térmica conforme Lei 12.111/2009.

28.1 Energia elétrica comprada para revenda

	MWH (***)		Energia elétrica comprada p/ revenda	
	2020	2019	2020	2019
Energia de leilão	2.859.681	2.828.488	502.516	601.496
Energia bilateral	871.255	900.763	1.071.137	1.083.937
Reembolso CCC	-	-	(882.549)	(668.104)
Cotas de Angra REN 530/ 12 (*)	120.951	117.243	34.124	26.865
Energia de curto prazo – CCEE (**)	146.915	25.331	86.698	(50.468)
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	775.158	693.964	106.122	94.438
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	72.346	73.658	22.781	28.138

Energia de reserva - ERR	-	-	17.932	8.554
(-) Parcela a compensar crédito PIS/ COFINS não cumulativo	-	-	(84.004)	(107.891)
Total	4.846.306	4.639.447	874.757	1.016.965

(*) Contempla valor da REN 1.585/2013.

(**) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão e encargos de serviços do sistema.

(***) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

29 Outros resultados

	2020	2019
Outras receitas:		
Ganho na desativação de bens e direitos	13.129	2.253
Ajuste de inventário	-	936
Indenização da Concessão sobras físicas (vide nota explicativa nº 11)	53.817	-
Outras	4.307	(199)
	71.253	2.990
Outras despesas:		
Perdas na desativação de bens e direitos (*)	(6.630)	(3.011)
Provisão para perdas – ativo contratual-infraestrutura em construção (**)	17.560	-
Perda com estoques obsoletos	(12.475)	-
Provisão Óleo Diesel Termonorte II	(7.951)	-
Outras	(3.933)	-
	(13.429)	(3.011)
Total	57.824	(21)

(*) Inclui o reconhecimento do montante de sobras contábeis de R\$93.951 apuradas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, através das Notas Técnicas Nº219/2020, deduzidos do valor de R\$88.245 contabilizado no exercício de 2013, revertido por conta da Recomposição Tarifária Extraordinária da controlada ERO.

(**)Por consequência Recomposição Tarifária Extraordinária e a efetivação das baixas das sobras contábeis a Companhia reverteu a o saldo da provisão constituídas no exercício de 2018 no valor de R\$17.560.

30 Receitas e despesas financeiras

	2020	2019
Receita de aplicações financeiras	1.898	13.024
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	43.004	68.812
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	23.734	35.354
Juros Selic s/ impostos a recuperar	7.328	2.085
Atualização financeira – CCEE	2.593	5.983
Tributos s/ receita Financeira	(4.954)	(6.773)
Indenização à concessão	8.411	-
Atualização Deposito Judicial	16.220	14.622
Outras	3.359	5.783
Total das receitas financeiras	101.593	138.890
Encargos de dívidas – juros	(125.830)	(163.954)
Encargos de dívidas - variação monetária	(47.806)	(4.344)
Marcação a mercado dívidas	(11.072)	(34.042)
Marcação a mercado derivativos	11.270	34.084
Instrumentos financeiros derivativos	52.998	2.517
Ajuste a valor presente	7.531	(6.561)
Atualização de mútuos	(40.843)	(31.969)
Transferência para ordens em curso	1.693	2.151
Despesas de IOF/ Bancárias	(35.143)	(15.930)
Despesa Financeira CCEE	(856)	3.114
Atualização monetária de provisão para riscos	(28.433)	(49.768)
Atualização financeira - passivos financeiros setoriais	(1.945)	1.879
Atualização saldo à aplicar de P&D e PEE	(1.832)	(4.425)
Juros e Multas	(62.344)	(14.835)
Incorporação de redes	(7.940)	470
Outras	3.297	(30.485)
Total das despesas financeiras	(287.255)	(312.098)
Despesas financeiras líquidas	(185.662)	(173.208)

31 Prejuízo por ação

Cálculo de prejuízo por ação (em milhares de reais, exceto o valor por ação):

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(143.817)	(516.015)
Média ponderada das ações	4.192.282	4.192.282
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$ (*)	(0,03)	(0,12)

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

32 Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo –dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data do vencimento	Importância segurada	Prêmio anual	
			2020	2019
Risco Operacional	22/ 11/2021	90.000	745	703
Riscos nomeados - apólice administrativa	05/ 03/2022	75.000	32	27
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/ 01/2023	41.635	125	91
Auto- frota	23/ 10/2021	Até 360/ veículo	40	127
Transporte Nacional	04/ 04/2021	Até 2.000/ viagem	41	30
Responsabilidade Civil Geral	23/ 11/2021	90.000	273	102
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo – R.E.T.A (Drones)	12/ 01/2022	883	3	-
			1.259	1.080

(*) Importância Segurada relativa ao quantitativo de segurados constantes no mês de janeiro/2021 e prêmio anualizado.

33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos perdas/ganhos no resultado do exercício de R\$2.649 (R\$1.452 em 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2020		2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		27.887	27.887	40.771	40.771
Consumidores e concessionárias		733.903	733.903	663.902	663.902
Ativos financeiros setoriais		622.107	622.107	828.252	828.252
		1.383.897	1.383.897	1.532.925	1.532.925
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	29.790	29.790	197.384	197.384
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	31.546	31.546	29.027	29.027
Instrumentos financeiros derivativos	2	109.706	109.706	40.160	40.160
		171.042	171.042	266.571	266.571
PASSIVO					
		2020		2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		305.182	305.182	379.709	379.709
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		3.103.982	3.111.633	2.673.553	2.673.553
Arrendamentos operacionais		3.211	3.211	7.846	7.846
Passivos financeiros setoriais		451.854	451.854	188.173	188.173
		3.864.229	3.871.880	3.249.281	3.249.281
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	4.578	4.578	3.558	3.558
		4.578	4.578	3.558	3.558

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como *hedge accounting*. Em 31 de dezembro de 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R\$8.003 (R\$34.197 em 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no período, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2020, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R\$3.069 (R\$155 em 2019) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora da ERO, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	2020	2019
Dívida (1)	3.103.982	2.673.553
Caixa e equivalentes de caixa	(27.887)	(40.771)
Dívida líquida	3.076.095	2.632.782
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (2)	(2.012.820)	(1.751.431)
Índice de endividamento líquido	(1,53)	(1,50)

1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 19 e 20.

2) O patrimônio líquido (passivo a descoberto), inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A Administração, por meio do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		303.809	-	-	-	1.373	305.182
Empréstimos financeiros, encargos de dívidas e debêntures	3,38%	305.714	294.593	1.511.982	681.248	1.024.356	3.817.893
Instrumentos Financeiros Derivativos		(7.543)	3.177	(39.970)	9.453	(70.245)	(105.128)
Total		601.980	297.770	1.472.012	690.701	955.484	4.017.947

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações, compromissos e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	27.887	40.771
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	29.790	197.384
Consumidores e concessionárias	6	733.903	663.902
Ativos financeiros setoriais	9	622.107	828.252
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	31.546	29.027
Instrumentos financeiros derivativos	33	109.706	40.160

c) Risco de mercado: taxa de juros

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados nas notas explicativas nº19, é composta de financiamentos obtidos junto à Eletrobrás e CCEE. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com alta de 28,93% sobre 2019, cotado a R\$5,1967 /USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2020 era de 14,12% (10,37% em 2019).

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia já deduzidos dos custos a apropriar, em 2020, de R\$3.114.020 (R\$2.682.374 em 2019), R\$288.755 estão representados em dólares, conforme notas explicativas nº19 e 20. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

O empréstimo em dólar possui vencimento de longo prazo, até março de 2023, e custo de até variação cambial acrescida de spread de 2,19% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2020 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2020	2019
Ativo circulante	8.944	-
Ativo não circulante	100.762	40.160
Passivo circulante	4.578	3.558

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de " hedge" e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/ 12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citi	13.683	(LIBOR + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	27/ 02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citi	29.000	(LIBOR + 0,75%) x 117,65%	CDI + 0,65%	23/ 03/2023	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X ERO	195.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/ 04/26	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ERO	130.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/ 04/26	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como " fair value hedge", vigentes em 31 de dezembro de 2020 que podem ser assim resumidos:

Fair Value Option	Valor de referência		Valor justo	
	2020	2019	2020	2019

Dívida designada para "Fair Value Option"	255.000	50.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(288.743)	(49.423)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	288.743	49.423
Swap Cambial (Derivativo)	255.000	50.000	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(255.191)	(50.000)
			Posição Líquida Swap	33.552	(577)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(255.191)	(50.000)

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros e taxa pré-fixada dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2020	2019		2020	2019
Dívida (Objeto de Hedge) *	325.000	325.000	Taxa Pré-Fixada	(399.650)	(374.504)
			Posição Ativa		
Swap de Juros			Taxa Pré-Fixada	401.928	374.970
(Instrumento de Hedge)	325.000	325.000	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(330.352)	(337.791)
			Posição Líquida Swap	71.576	37.179
			Posição Líquida Dívida + Swap	(328.074)	(337.325)

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados, pela Companhia em 2020 e 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo, conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II	Cenário III
				(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira – USD e LIBOR	(255.000)		(217.765)	(280.642)	(343.519)
Variação Dívida	-		37.235	(25.642)	(88.519)
Swap Cambial		Alta do câmbio			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos – USD e LIBOR	288.743		251.508	314.385	377.262
Variação – USD e LIBOR	-		(37.235)	25.642	88.519
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(255.191)		(255.191)	(255.191)	(255.191)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	33.552		(3.683)	59.194	122.071
Total Líquido	(221.448)		(221.448)	(221.448)	(221.448)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 2020, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$221.448, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$221.448 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local – Taxa de Juros	(325.000)		(325.000)	(325.000)	(325.000)
Varição Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos – Pré	401.928		401.928	401.928	401.928
Varição – Taxa de Juros	-	Alta CDI	-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(330.352)		(330.352)	(353.107)	(375.874)
Varição - CDI + TJLP	-		-	(22.755)	(45.522)
Subtotal	71.576		71.576	48.821	26.054
Total Líquido	(253.424)		(253.424)	(276.179)	(298.946)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 2,77%, IPCA = 4,52% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	29.790	Alta CDI	596	745	894
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(255.191)	Alta CDI	(5.104)	(6.380)	(7.656)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(1.657.761)	Alta CDI	(33.155)	(41.444)	(49.733)
	(485.524)	Alta IPCA	(21.946)	(27.433)	(32.919)
Subtotal (**)	(2.398.476)		(60.205)	(75.257)	(90.308)
Total - (Perdas)	(2.368.686)		(59.609)	(74.512)	(89.414)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2021 (2,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2020 e IPCA 4,52% ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$715.544.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, bem como se antecipando para futuras necessidades de caixa.

34 Benefícios pós-emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de 2 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, do Plano Rondônia (anteriormente denominado Plano Ceron) e do Plano Energisa, administrados pela ENERGISAPREV na modalidade Contribuição Definida, e cujos benefícios de riscos são repassados para uma seguradora, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Nessa modalidade são reconhecidos como planos de benefício pós-emprego e não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação benefício definido no âmbito do CPC 33.

A ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada pelas empresas do Grupo Energisa, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Obrigação com serviço passado

O Plano CD –ERO foi constituído em 2011 sem contemplar o serviço passado dos funcionários. Assim foi realizado o pleito administrativo pelos funcionários, onde, por intermédio do Ofício nº 147/2017, o Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica do Ministério de Minas e Energia encaminhou à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), órgão responsável pela aprovação da demanda em entidades públicas enquanto parte da Eletrobrás, documentação relativa à alteração do Regulamento do Plano CD ERO, cuja proposta visava possibilidade de incluir a ação de contribuição extraordinária, de caráter opcional, para custeio de tempo de serviço passado, a ser coberto paritariamente pelo patrocinador e pelos participantes. O pleito apresentou o teor da seguinte forma "Poderá optar pela contribuição extraordinária o participante inscrito no plano CD ERO até 30 de setembro de 2017, que tenha ingressado no quadro de empregados do patrocinador em data anterior a setembro de 2011".

A proposta foi analisada nas diversas instâncias decisórias, com manifestação favorável do Conselho Deliberativo da Eletros, em 10 de outubro de 2017, do Conselho de Administração da ERO, em 13 de outubro de 2017, e da Diretoria Executiva da Eletrobrás em 16 de outubro de 2017.

A SEST após solicitar várias informações complementares para subsidiar a análise do pleito, chegou-se a conclusão que, depreende-se que a proposta visa atender uma reivindicação antiga dos empregados, firmada por meio de Acordo Coletivo de Trabalho que, por se tratar de incentivo à aposentadoria, justifica ser agregada ao plano previdenciário e, em contrapartida, excluída do ACT e que o pleito encontrava amparo na legislação em vigor quanto à previsão de tempo de serviço passado - tempo de serviço na empresa anterior à implantação do plano de previdência complementar-, bem como quanto ao custeio por meio de contribuições paritárias de participantes e patrocinador, assim, em 19 de março de 2018, por meio do Ofício nº 22592 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), deu sua posição favorável ao pleito referente ao Ofício nº 147/2017/AEGE/SE-MME, de 31 de outubro de 2017, relativo à proposta de alteração do Regulamento do Plano de Previdência Complementar - CD ERO, instituído na modalidade de Contribuição Definida - CD, patrocinado pela sua controlada Eletrobrás Distribuição Rondônia (EDRO) e administrado pela Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS.

Com base nos cálculos atuariais iniciais apresentados no Parecer atuarial emitido pela ELETROS nº 010/2017 no valor de R\$90.010, que foi o valor objeto da avaliação e aprovação pela SEST, observadas as condições e recomendações descritas na Nota Técnica nº 4.614/2018-MP, a Companhia realizou a provisão do passivo atuarial. Devido à conclusão do prazo de adesões, dentro do período de eventos subsequentes, em 19 de janeiro de 2019, foi realizado o ajuste da provisão em R\$18.236, totalizando o saldo atual de R\$71.774, cujos valores estão classificados no circulante R\$16.661 e não circulante R\$55.113. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo é de R\$R\$16.661 no circulante e R\$8.619 no não circulante.

Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitada.

No exercício de 2020 a Companhia procedeu o cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) tendo apurado o montante de R\$1.771, referente a perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direito, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício de 2020 as despesas com o plano de saúde foram de R\$12.141 (R\$17.437 em 2019).

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

A seguir demonstramos a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço do exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2020
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	1.771
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<u>1.771</u>
Circulante	124
Não circulante	1.647

Demonstração das despesas para os exercícios de 2021, segundo critérios do CPC33 (R1):

Descrição	2021
Custo do serviço corrente	2
Juros sobre as obrigações atuariais	122
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<u>124</u>

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2020	
	CNU	SULAMERICA
VARIÁVEIS ECONÔMICAS		
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	3,80%	3,80%
Expectativa Real de Inflação Futura	3,00%	3,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	6,91%	6,91%
Taxa de Crescimento de Benefícios	3,00%	3,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	7,12%	7,12%
Taxa de Rotatividade	11,50%	11,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	0,03	Nulo
TÁBUAS BIOMÉTRICAS		
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

35 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	Contratos de compra de energia (*)				
	2021	2022	2023	2024	após 2024
2021 a 2054	766.883	591.979	576.125	589.457	7.564.457

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do PROINFA e Itaipi.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2020 e foram homologados pela ANEEL.

36 Meio Ambiente (*)

A empresa trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

- (i) Periodicamente a área de meio ambiente realiza vistorias técnicas para a elaboração dos relatórios de monitoramento ambiental dos empreendimentos com Licenças de Operação – LO e de empreendimentos que estão em construção, que são encaminhados para os órgãos licenciadores. A apresentação desses relatórios é condicionante e determinante previstas na emissão das licenças. Internamente, as inconformidades identificadas, de acordo com a sua natureza, são informadas, através de notificação, para as áreas responsáveis, para que adotem as providências e medidas mitigadoras necessárias.
- (ii) Regularização de 100% das licenças ambientais dos ativos operacionais, contemplando todas as subestações e linhas de distribuição de alta tensão.
- (iii) A utilização dos veículos Van e Caminhão da eficiência energética nos trabalhos junto às comunidades incentivam mudanças de hábitos no consumo da energia elétrica, orientando sobre a forma racional e segura, sem desperdício e chamando atenção quanto aos riscos da interferência na rede elétrica. A interação com os experimentos da Van e do Caminhão da Eficiência Energética permite apresentar aos participantes os meios de geração, transmissão e distribuição da energia, chamando a atenção para práticas mais sustentáveis.
- (iv) Doação de mudas de para o projeto Plante Castanha Brasil que posteriormente serão distribuídos a produtores rurais, após 8 anos de plantadas começaram a produzir e se tornarão uma fonte de renda para os produtores. Tivemos também o projeto de voluntariado Energia do Bem, onde fizemos a recuperação de uma APP no residencial Cristal da Calama, com plantio de castanheiras e ipês.
- (v) Alinhada a sua Política Ambiental a Empresa compõe desde o ano de 2008 o Conselho Gestor "Gestão Integrada Cuniã-Jacundá" primando pelo desenvolvimento local e regional, assegurando sustentabilidade. O Conselho, coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio tem como objetivo e missão, proteger o patrimônio natural, promover o desenvolvimento socioambiental, zelando pela conservação da diversidade biológica da unidade. É composto por ONGs, faculdades, cooperativas, institutos, órgãos públicos, associações e os próprios comunitários da reserva. A Companhia desempenha importante papel social nesse grupo de trabalho.
- (vi) Visando melhorar suas práticas de gerenciamento ambiental a Companhia viabilizou a participação dos colaboradores no 4º workshop de meio ambiente do Grupo Energisa com objetivo de alinhar as boas práticas de meio ambiente e sustentabilidade ambiental no meio empresarial. O evento reuniu todas as distribuidoras do grupo e consolidou as ações corporativas para melhoria contínua no gerenciamento ambiental. Apresentou uma visão ampla do assunto, desde estudos acadêmicos até a visão governamental e empresarial, com o propósito de difundir e aprofundar conhecimentos que abordem os conteúdos transversais de meio ambiente, provocando uma reflexão, na busca de uma consciência quanto as consequências para a relação sociedade-natureza, histórica e socialmente construída. Realizamos também em parceria com a Scientia Consultoria Científica e Universidade Federal de Rondônia – UNIR o webinar Arqueologia do Estado de Rondônia.

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

(vii) Investimento em redes compactas, reduzindo a intervenção em vegetação e acidentes com a fauna.

No exercício de 2020, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$6.800 (R\$13.298 em 2019), sendo R\$5.300 (R\$11.616 em 2019) alocados no ativo intangível e R\$1.500 (R\$1.682 em 2019) em despesas operacionais.

(* Informações fora do escopo dos auditores independentes.

37 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2020 e 2019, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2020	2019
Outras transações não caixa		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativo	5.275	12.179
Contas a receber da concessão - Valor justo do ativo indenizável da Concessão	2.649	1.452
Atividades Operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	15.737	3.067
Atividades de Investimentos		
Pagamento de Fornecedores a prazo	15.737	3.067
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	(4.663)	-
Atividades de Financiamento		
Intangível – CPC 06(R2)	(4.663)	-

38 Ataque cibernético

Os sistemas computacionais da Companhia sofreram ataque cibernético em 28 de abril de 2020, deflagrado por hacker, tendo sido completamente superado e as ações de reforço a estruturas de tecnologia e neutralização de novos ataques cibernéticos foram implementados. A Companhia contratou consultores especializados em mapeamento de soluções de tecnologia com expertise também em trabalhos forenses não tendo sido identificado "captura" de informações seja operacional ou financeira da Companhia. Adicionalmente, ressalta-se que o evento não proporcionou qualquer impacto na elaboração das demonstrações financeiras ora apresentadas.

39 Eventos Subsequentes

39.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Amarela para os meses de janeiro a março de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

39.2 Operações de cessões de títulos – FIDC

A Companhia realizou no mês de janeiro de 2021, cessão de seus títulos recebíveis, que na sua maioria se encontravam totalmente provisionados, os quais foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do período. O Fundo de investimento em cotas em direitos creditórios não padronizados do setor elétrico ("FIDC"), o qual possui somente créditos cedidos por empresas do Grupo Energisa, foi constituído com recursos de uma instituição financeira que, conjuntamente com a controladora Energisa S.A. aportaram recursos no fundo.

Os efeitos apurados em janeiro de 2021 impactaram o caixa em mais R\$45.205 e com efeito no lucro líquido do período de R\$41.267.

39.3 Empréstimo Contratado

Em fevereiro de 2021 a Companhia contratou junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social financiamento via repasse direto para financiamento dos investimentos de 2020/2021 no valor de R\$ 198.232 com prazo de 14 anos, 153 meses de amortização e 15 meses de carência, sendo os juros pagos trimestralmente com taxa de TLP mais 3,00% a.a.

DIRETORIA EXECUTIVA

André Luís Cabral Theobald - Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho - Diretor Financeiro

Alexandre Nogueira Ferreira - Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo - Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo - Diretora de Gestão de Pessoas

Fabrcio Sampaio Medeiros - Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho - Diretor sem designação específica

Vicente Côrtes de Carvalho - Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Edicarla Moreira de Medeiros Oliveira - Contadora - CRC/RO 005874/O-4

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivan Müller Botelho

Ricardo Perez Botelho

Marcelo Silveira da Rocha

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A.

Porto Velho - RO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica

As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e, para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. Observa-se ainda, que o fluxo das transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia envolve grande volume de dados pulverizados, sendo substancialmente processados por meio de rotinas automatizadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, mas cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita, a verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador, e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho e da implementação dos controles internos chave sobre faturamento e reconhecimento de receita (ii) a análise da conciliação das informações entre os principais sistemas utilizados para registro da receita de fornecimento de energia elétrica com os saldos contábeis, a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto; (iii) a avaliação da movimentação mensal da receita faturada durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas as nossas expectativas; (iv) a comparação das receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador; (v) o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria; e (vi) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia.

Nossos exames incluíram, ainda, a realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Administração para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 27, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica

Os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15) e, quando da entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2020 os montantes de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são, respectivamente, R\$551.087 mil, R\$31.546 mil, R\$1.227.920 mil.

O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia nos termos do contrato de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente a cada 5 anos. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura como ativo de contrato à bifurcação da infraestrutura em operação entre ativo financeiro e ativo intangível e à sua mensuração; ii) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas ocorridas no exercício; iii) Verificação dos índices utilizados e da acurácia matemática da mensuração do valor justo do ativo indenizável da concessão; iv) análise e correlação de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações da Infraestrutura de concessão da Companhia; v) comparação dos custos com dados históricos, orçamentários e padrões observáveis da indústria; e vi) a avaliação dos resultados da última revisão tarifária periódica e de seus efeitos nos registros contábeis da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a infraestrutura da concessão incluídas nas notas 14, 15 e 17.1 das demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os saldos de Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas 14, 15 e 17.1, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para riscos fiscais

Conforme divulgado na nota explicativa 24.2, a Companhia é parte em diversos processos de natureza fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios cujo valor agregado totaliza R\$1.839.463 mil em 31 de dezembro de 2020, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R\$948.369 mil se referem a ações de natureza tributária.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/9293>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 19/03/2021, às 18:48

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia para as causas tributárias, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, assim como a leitura e avaliação das opiniões legais de especialistas externos quando aplicável. Também, obtivemos cartas de confirmação dos principais consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na nota explicativa 24.2 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o andamento dos processos fiscais, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação da probabilidade de perdas para fins de reconhecimento e dos julgamentos aplicados na mensuração do valor destas provisões adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2021.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC - 2SP015199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos Contador CRC - 1RJ093771/ O-9

Protocolo DO7696